

Renovação pelas cotas

FOTOS: FLÁVIO DUTRA/JU



Egresso da Escola Estadual de Ensino Médio Padre Reus, José Roberto da Cruz Júnior tem 20 anos e cursa o sexto semestre de Ciências Sociais. Ele e a irmã ingressaram na UFRGS através do sistema de cotas raciais.

Inclusão Ao completar oito anos de implantação em 2016, o Programa de Ações Afirmativas da UFRGS destinará 50% de suas vagas a alunos provenientes de escolas públicas, de acordo com autodeclaração étnico-racial e faixa de renda. Desde o início do projeto, 191 negros e 4 indígenas graduaram-se. Dados preliminares de um relatório de desempenho produzido na Universidade revelam que não existem diferenças significativas entre a performance escolar dos oriundos da reserva de vagas e os demais estudantes. Mas, para além das estatísticas, o relato de histórias pessoais de alguns desses alunos ao JU deste mês contribui para ilustrar o impacto do Programa em suas vidas e no cotidiano da academia. **CadernoJU**

REDENÇÃO

Cercamento polêmico

Pesquisadores do Laboratório de Paisagem do Departamento de Geografia da UFRGS assinam artigo sobre os diferentes aspectos que caracterizam a presença da Redenção na capital. Eles trazem os resultados de uma enquete entre os frequentadores do parque, indagados sobre suas sensações frente a possível transformação desse cenário cotidiano. Ao ponderar as manifestações populares e as considerações técnicas, o grupo avalia que o cercamento, entre outros quesitos, reduz a sensação de liberdade e desconfigura um local de referência para a cidade. **P4**

PATRIMÔNIO E ACESSIBILIDADE

Reformas que desafiam

Quando se necessita adaptar uma construção tombada às exigências atuais de acessibilidade surgem dúvidas de toda ordem. As maiores queixas dos proprietários se concentram na subjetividade do critério para avaliar a possibilidade de reforma: a não descaracterização da edificação. Na UFRGS, que tem dois prédios tombados como patrimônio nacional – a Faculdade de Direito e o Observatório Astronômico – e outros tantos com algum tipo de proteção estadual ou municipal, o maior problema tem sido proporcionar uma entrada única. **P5**

ASTRONOMIA

Descoberta de exoplaneta gêmeo de Júpiter teve a participação de pesquisadores da UFRGS

P11

Entrevista

Valter Hugo Mãe e a busca da redenção por meio da lucidez **P9**

Diplomacia

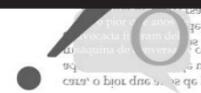
Um balanço do papel das Nações Unidas em seus 70 anos de atuação **P10**

CÂMPUS LITORAL NORTE

Formação interdisciplinar



P7



Espaço da Reitoria

Carlos Alexandre Netto
Reitor

Universidade: lugar de múltiplas vozes

Setembro é marcado pelo lançamento do edital do Concurso Vestibular, que traz como novidade o curso de Letras - Bacharelado - Formação: Tradutor e Intérprete de Libras, em 2016. A nova graduação atende uma demanda do governo federal e integra as ações do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Desde 2008, a UFRGS vinha realizando cursos de extensão em Língua Brasileira de Sinais (Libras), numa colaboração entre o Departamento de Estudos Especializados da Faculdade de Educação e a Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades no RS (FADERS). Em novembro de 2012, graças a uma parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, também formamos as duas primeiras turmas de bacharelado e licenciatura em Letras – Libras. Agora, nos tornamos a primeira universidade pública gaúcha a realizar a oferta de uma graduação

que irá funcionar junto ao Instituto de Letras, disponibilizando 21 vagas para ingresso via Vestibular e outras 9 pelo SISU a partir de 2016. A criação deste novo curso reafirma o compromisso social da UFRGS com a inclusão.

O Caderno JU apresenta uma reportagem especial em que alunos e ex-alunos cotistas falam de suas experiências na Universidade, ressaltando as transformações que o ambiente acadêmico trouxe para as suas vidas. Importante reflexão no momento em que a metade das vagas de ingresso na Universidade é reservada para a política de ações afirmativas.

Destacando a programação do Salão UFRGS – que ocorre no próximo mês, com o tema Redes Sociais: Conexões que Transformam –, o jornal publica também uma entrevista com o sociólogo e jornalista Marcos Rolim, um dos convidados para a palestra de abertura do evento. Ao lado da pesquisadora Raquel Recuero, ele irá debater

as mudanças acarretadas pelo mundo digital nos relacionamentos interpessoais, nas formas de comunicação, na aprendizagem e nas ferramentas de compartilhamento de dados.

Por outro lado, a Universidade está em fase de elaboração do novo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que deverá traçar nossas estratégias de crescimento para o decênio 2016-2026. Para tanto, o comitê organizador vem organizando conferências, painéis e fóruns a fim de divulgar a importância do engajamento da comunidade universitária na elaboração desse instrumento de planejamento para projetar o nosso futuro. Até o dia 13 de novembro, estará aberta a consulta pública para que professores, técnicos e estudantes enviem sugestões individuais ou coletivas através do email pdi@ufrgs.br.

Essa multiplicidade de vozes faz da Universidade o lugar da diversidade, afirmando suas raízes no espaço social que ela contribui para estabelecer. Boa leitura a todos!

UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha,
Porto Alegre - RS | CEP 91046-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor
Carlos Alexandre Netto
Vice-reitor
Rui Vicente Oppermann
Chefe de Gabinete
João Roberto Braga de Mello
Secretário de Comunicação Social
Ricardo Schneiders da Silva

JORNAL DA UNIVERSIDADE

Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497
Email: jornal@ufrgs.br

Conselho Editorial
Ánia Chala, Cassiano Kuchembecker Rosing, Cida Golin, Luiz Carlos Pinto, Michéle Oberson, Ricardo Schneiders da Silva, Rosa Maria Bueno Fischer, Temístocles Cezar

Editora Ánia Chala
Subeditora Jacira Cabral da Silveira
Repórteres Ánia Chala, Felipe Ewald, Jacira Cabral da Silveira e Samantha Klein
Projeto gráfico Juliano Bruni Pereira e Kleiton Semensatto da Costa (Caderno JU)

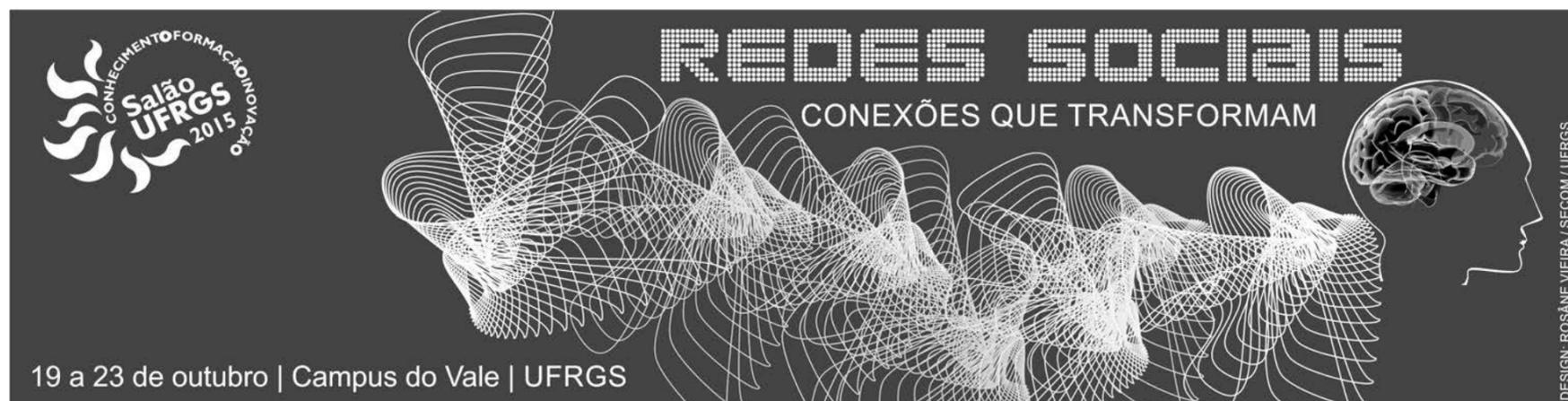
Diagramação Jessé Ramires Lopes
Fotografia Flávio Dutra (Editor)

Revisão ---
Bolsistas (Jornalismo)
Antônio Assis Brasil, Iami Gerbase, Igor Porto e João Pedro Teixeira

Circulação Juliana Gonçalves Mota

Fotolitos e Impressão Gráfica da UFRGS
Tiragem 7 mil exemplares

[ufrgsnoticias](https://www.facebook.com/ufrgsnoticias)



Artigo

Um ano no Litoral Norte: os impactos, os ventos, os desafios

Tramandaí, litoral norte, tarde. O telefone toca e recebo o pedido do Jornal da Universidade de um texto para comemorar o nosso primeiro aniversário. O Câmpus Litoral Norte (CLN) está em funcionamento desde setembro de 2014. O tempo é um flash. Um piscar de olhos. Um repente. Foi ontem. Abro o Google e faço a pesquisa: em 0,16 segundos o instrumento de busca aponta 116.000 resultados para Câmpus Litoral Norte – UFRGS.

O que está escrito nesses milhares de tópicos são os fatos pontuais. Descortinam-se uma a uma as datas, as autoridades e até mesmo os discursos... Sem o quê, bem é verdade, esse espaço não existiria... Num breve lembrar entre alguns desses resultados está o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFRGS de 2010, que mencionava a perspectiva de criação de um câmpus no Litoral Norte como “um laboratório de desenvolvimento regional, servindo como centro de aprendizagem para o desenvolvimento, com a oferta de cursos de graduação adequados às demandas locais, bem como a oferta de cursos tradicionais que sejam promotores de desenvolvimento social e econômico...”. É bom observar que, em dezembro de 2013, o Câmpus foi oficialmente criado pelo Conselho Universitário e em fevereiro do ano seguinte foram nomeados os diretores pró-tempore, ou seja, em março de 2014 o CLN tinha três servidores. O Câmpus Litoral Norte

iniciou sua operação em setembro de 2014 e foi inaugurado em novembro do mesmo ano.

Porém, essas notícias não captam o trabalho realizado desde então: o embrião do corpo docente e do corpo técnico vem sendo constituído desde dezembro de 2013 a partir das liberações iniciais de vagas pelo MEC. Efetuou-se a programação administrativa do CLN; organizaram-se as instâncias de planejamento e de decisão por meio da instituição formal pró-tempore do Conselho do Câmpus, dos Departamentos, das Comissões de Graduação, de Pesquisa e de Extensão, dos Núcleos Docentes Estruturantes e dos Núcleos de Avaliação das Unidades. Ao mesmo tempo, reformavam-se as estruturas prediais de uma antiga escola rural do município de Tramandaí e planejava-se e adquiria-se todo o mobiliário e os equipamentos necessários para a implantação e o começo das atividades.

O nosso norte é constituído pelas finalidades mencionadas no artigo 5º do Estatuto da UFRGS, que englobam a educação superior e a produção de conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico, integradas no ensino, na pesquisa e na extensão, sendo que o Câmpus agrega o objetivo de priorização do desenvolvimento regional mencionado no PDI. As propostas dos cursos do CLN estão alicerçadas nesses objetivos. O Bacharelado Interdisciplinar tem uma concepção de formação baseada num currículo flexível e voltado às ne-

cessidades, interesses e habilidades dos alunos. Esse curso tem o potencial de instrumentar o estudante na área de ciência e tecnologia num sentido amplo, tornando o egresso apto aos desafios de um mercado de trabalho cada vez mais eclético e multidisciplinar. O serviço público, a iniciativa privada e as organizações não governamentais certamente serão beneficiados pela formação desse profissional. O curso de Educação do Campo tem uma óbvia afinidade com o escopo do desenvolvimento regional, uma vez que “a Educação de Jovens e Adultos é uma estratégia viável de fortalecimento do desenvolvimento sustentável com enfoque territorial”. Além disso, os beneficiários da Educação do Campo por definição incluem “toda a população do campo, envolvendo segmentos como pescadores artesanais, trabalhadores da pesca, agricultores familiares, agricultores assalariados, trabalhadores rurais temporários, assentados, ribeirinhos, caiçaras e quilombolas”, personagens característicos da região do Litoral Norte do estado.

Mas esse histórico não explicita também a manifestação dos ventos, que aqui abundam; dos espaços preenchidos de água rasa e (às vezes) límpida. Faltam as falas dos sentimentos e das vontades do que aqui se instalou em setembro de 2014. Devemos pensar nesses aspectos todos se quisermos abordar o que nos foi solicitado: discorrer sobre os impactos da instalação do câmpus em Tramandaí; sobre os avanços

que obtivemos e todos os desafios a superar. O primeiro aspecto a destacar é egocêntrico, pois envolve a própria instalação do Câmpus. Em menos de um ano, saímos de escombros para o efetivo funcionamento. Institucionalmente, temos o compromisso de aprovar de forma definitiva todos os cursos planejados, iniciar o processo de constituição da pós-graduação e dar sequência à consolidação da extensão no Litoral Norte. Essas tarefas deverão tomar muito do nosso tempo futuro próximo. Outro projeto é iniciar e finalizar a complementação da infraestrutura que, novamente em um curto espaço de tempo, dê conta das necessidades da implantação do Câmpus.

Nosso principal desafio ao ouvir os ventos e a natureza especial que nos rodeia é o entendimento de um conceito de desenvolvimento que contemple o aspecto social e econômico como aponta o PDI da UFRGS, mas que tenha uma perspectiva contemporânea de respeito ao ambiente, à sustentabilidade e à diversidade humana. A quantidade de tarefas vinculadas aos intrincados processos de implantação e estruturação de uma unidade nova impõem-nos grandes desafios; mas nenhum é maior do que a exigência de que a nossa presença no litoral seja um aditivo na manutenção das características que atraem as pessoas para cá.

Profa. Dalva Maria Pereira Padilha,
diretora geral do Câmpus Litoral Norte



FOTO FLÁVIO DUTRA/JU



Traz tua caneca

A estudante Michelle Corrêa, do primeiro semestre do curso de graduação em Farmácia, é uma das usuárias que aprovou a iniciativa

Sustentabilidade RUs deixam de oferecer recipientes descartáveis

No dia 8 deste mês, a Universidade parou de disponibilizar copos descartáveis em seus restaurantes. A decisão visa reduzir o impacto ambiental que representava o uso diário de 12 mil copos (com todos os RUs em funcionamento) – segundo informação da Divisão de Alimentação da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE). Além disso, diminuem-se os gastos com a compra e o descarte dos mesmos.

O fim da distribuição de copos descartáveis já era estudado havia bastante tempo. A escolha da data ocorreu em função do entendimento entre o Departamento de Meio Ambiente e Licenciamento (DMALIC) e a PRAE para que não fosse feita a compra de uma nova remessa após o término do estoque.

Em enquête realizada entre março e abril deste ano, o DMALIC recebeu o retorno de 4.503 usuários dos RUs. Quase 95% deles responderam “sim” à

questão “Você levaria sua caneca/copo ao RU (lembrando que é de responsabilidade do aluno o cuidado e a lavagem do copo/caneca)?”.

Nessa consulta, muitas respostas vieram com comentários diversos, apoiando a medida ou levantando questionamentos. Um dos pontos abordados foi quanto ao espaço para fazer a higienização dos recipientes ou mesmo para despejar o líquido restante, já que alguns RUs contam apenas com as pias dos banheiros. Em relação a isso, Elton Campanaro, diretor do Departamento de Infraestrutura da PRAE, afirma que, no curto prazo, não há nenhum projeto que preveja alguma solução. Ele assevera que a estrutura dos restaurantes já está operando no limite, o que impossibilita outra sugestão recorrente dos usuários para que sejam disponibilizados copos junto com talheres e bandejas. Segundo Elton, “não dá para aumentar o número de utensílios a serem lavados”.

Outra recorrência diz respeito à opinião de que a interrupção dos copos descartáveis seria antiecológica, pois a necessidade de lavar os recipientes acarretaria em desperdício de água. Andrea Loguercio, coordenadora do DMALIC, contesta esta posição ressaltando que o processo de reciclagem do plástico descartado envolve, igualmente,

o uso de água, além de um gasto maior de energia.

Entre os usuários que se entusiasmam com a medida, muitos defendem que isso deve ser incentivado como comportamento coletivo. Essa é a aposta da coordenadora do DMALIC, para quem “a pessoa que carrega seu recipiente tende a adotar essa postura ao longo do dia”.

No entanto, há quem veja dificuldades exatamente na necessidade de carregar seu próprio vasilha-

me o dia inteiro, tendo que levá-lo para o trabalho ou outro compromisso. Andrea e Elton reconhecem que será difícil contentar a todos igualmente. Ainda assim, defendem a legitimidade da medida, já que integra um conjunto de ações ligadas a questões ambientais, entre as quais também se destacam um novo contrato para destinação adequada dos resíduos orgânicos para compostagem e a abertura de licitação específica para a destinação do óleo de cozinha.

Música | Vitrine para deslanchar



No dia 16 deste mês, às 20h, acontece a abertura da quinta edição do Som no Salão com a apresentação da banda *Trem Imperial* (foto). Como já vem ocorrendo em anos anteriores, a procura foi expressiva. No edital de 2015 foram 102 projetos musicais concorrendo para se apresentar no palco do Salão de Atos, perfazendo mais de 25 candidatos para cada uma das quatro datas disponibilizadas. Os outros três selecionados foram: O.C.L.A. (Organização Celestial do Livre Arbítrio), a cantora e compositora Bhia Tabert e a Banda Tratak, que realizarão shows em outubro, novembro e dezembro, respectivamente.

Desenvolvido e coordenado pela administração do Salão de Atos, o projeto procura incentivar e difundir novas manifestações artísticas brasileiras de cunho autoral, buscando estilos musicais diversos e propostas singulares e abrindo espaço para artistas que ainda não estejam com a carreira consolidada.

Como contrapartida pela participação, os músicos têm o espetáculo registrado na íntegra pela UFRGS TV – parceira cultural do projeto –, que edita um programa e o transmite na UNITV, no canal 15 da NET, além de disponibilizá-lo no repositório digital da Universidade. A organização também oferece assessoria de comunicação e material gráfico impresso e digital para divulgação. Todas as apresentações têm entrada franca, sendo aceitas doações de 1kg de alimento não perecível.

Ode ao violão

O VII Festival de Violão da UFRGS acontece de 19 a 24 deste mês no Salão de Atos e no Instituto de Artes da UFRGS. Coordenado pelo professor Daniel Wolff, o evento oferece apresentações, cursos e palestras. Os concertos têm entrada franca e ocorrem sempre à noite, tendo na programação Trio Madeira Brasil, Yamandú Costa, Lucio Yanel, Thibault Cauvin, Edelson Gloeden, Duo A Corda, Marcello Caminha, Daniel Wolff, Paulo Inda, Damas do Violão, Eduardo Isaac e OSPA. (Confira a programação completa na página 14 esta edição).

Publicações

A Editora da UFRGS lançou o Edital 2015 para Novas Séries, que irá selecionar até cinco propostas. As inscrições estão abertas até o próximo dia 3 de novembro. O edital visa à publicação de obras com relevância científica comprovada, provenientes de centros, núcleos ou grupos interdisciplinares, privilegiando pesquisas de redes e projetos meritórios envolvendo a UFRGS e outras instituições de pesquisa, nacionais e internacionais. O edital está disponível no site www.ufrgs.br/editora.



UFRGS TV

Conhecendo a UFRGS Gerenciamento costeiro integra academia e comunidade

O cuidado com as áreas próximas a regiões costeiras é uma necessidade cada vez mais evidente. Por isso, o Laboratório de Gerenciamento Costeiro da UFRGS (Labgerco), atua pesquisando esses locais, educando a população sobre questões ambientais e planejando políticas públicas destinadas a essas áreas.

Por apostar em atividades integradas e multidisciplinares, o Laboratório conta com alunos de diferentes cursos de graduação e de pós-graduação, como Biologia e Geografia, que desenvolvem e participam de projetos, visando obter conhecimento sobre a região costeira. A promoção de educação ambiental em escolas e no Ceclimar, o manejo de dunas e sambaquis e a pesquisa sobre as consequências da retirada de vegetações exóticas são alguns dos trabalhos produzidos em parceria com órgãos nacionais e internacionais.

Um projeto que começou de forma desprezível – mas que vem tomando grandes proporções – é o realizado na cidade litorânea de Jaguaruna, em Santa Catarina. A iniciativa surgiu em decorrência da necessidade do Ministério Público e da APA da Baleia Franca de dialogar com a comunidade e outras instituições. Para Nelson Grüber, coordenador do Labgerco, “essas discussões têm de acontecer em conjunto, e uma das coisas que o gerenciamento costeiro permite é trabalhar com conflitos de uso. Não com os iguais, mas sim com os diferentes”, aponta.

Mesmo com todos os avanços alcançados, ainda há muito a ser feito. Para a pesquisadora Luana Portz, uma das principais conquistas do Laboratório “é a comunidade entender e conhecer seu próprio ambiente para poder se apropriar dele. E também exigir que haja mudanças e um processo de gestão dessas áreas”, conclui.

Felipe Goldenberg, aluno do 3º semestre de Jornalismo da Fabico

Para conhecer melhor o Laboratório de Gerenciamento Costeiro, assista o Conhecendo a UFRGS que vai ao ar no dia 22 de setembro, às 20h, com reprise às 23h, na UNITV, canal 15 da NET POA. Assista a programação ao vivo no site <http://unitv.tv.br/>.



A questão do cercamento da Redenção

*Equipe do Pagus

Desde a década de 1990, a população de Porto Alegre e a vereança debatem a possível alteração de uma paisagem que é cenário de seu cotidiano e que expressa a identidade da cidade: o Parque da Redenção ou Parque Farroupilha em sua nomenclatura oficial. Esse tema foi visto pelo grupo de pesquisa multidisciplinar Laboratório de Paisagem do Departamento de Geografia (Pagus) da Universidade como uma oportunidade de engajar os diferentes pesquisadores e suas bagagens teórico-metodológicas no estudo de uma problemática comum.

Em uma caracterização inicial, a Redenção é uma área vegetada de 40 hectares que rasga o cinza urbano. Originalmente, era parte da planície fluvial do Arroio Dilúvio formando a então chamada várzea do Bom Fim. Próximo ao lago Guaíba e ao Centro Histórico da cidade, o local é testemunho do processo histórico de organização urbana da capital, pois já foi potreiro, área de exercícios militares, palco de lutas pela liberdade e afirmação do povo negro e parque de exposições, até o seu uso corrente como espaço de lazer. Hoje, pode ser considerado um mosaico de ambientes e expressões culturais.

Quanto aos aspectos morfológicos do tecido urbano em que está inserido, percebe-se uma continuidade entre as áreas “internas” e “externas”. Os elementos construídos, os equipamentos, os monumentos e a vegetação ora se comunicam com o seu interior, ora com os bairros adjacentes. As atividades que se desenvolvem no entorno se alastram muitas vezes parque adentro, assim como o inverso também acontece. O desenho da malha viária se apresenta integrado ao terreno, sendo que as fronteiras são tênues ou difusas. Um exemplo disso está nas vias que seguem como passeios, como no caso da rua Santana, que define o eixo principal do parque. Os mais importantes elementos limitadores são as avenidas de fluxo intenso. Ainda assim, a Osvaldo Aranha, com sua linha central de palmeiras imperiais (*Roystonea oleraceae*), sugere mais uma moldura do que propriamente um limite.

Na perspectiva ambiental, ecossistêmica, o Parque da Redenção se configura como um elemento fundamental para a conexão de fluxos de energia e matéria, advindos não somente da cidade, como também de outras áreas verdes. Desse modo, conforma uma região que participa de um corredor verde, pois os conjuntos de árvores de grande e médio porte, assim como espécies arbustivas e rasteiras que compõem o projeto paisagístico, têm seu papel para a conectividade de fauna e flora provenientes das ilhas do lago Guaíba, dos parques Marinha do Brasil e Moinhos de Vento (Parcão) e de outros ambientes da grande Porto Alegre.

Como área de lazer, a Redenção pode ser considerada um espaço de reserva da paisagem, onde as pessoas circulam fora das vias de tráfego intenso, têm a sensação aparente de estar em uma área livre, desfrutam de melhor condição do ar, da temperatura e do ruído. Tendo em vista esse contexto, questionamos: caso o parque fosse cercado, quais os aspectos da paisagem e outros que se agregariam a ela que seriam alterados? Quais seriam as implicações do cercamento, ou não, e como a população reagiria frente a essa proposta?

A partir dessas perguntas o Pagus propôs o exercício de realizar uma intervenção temporária naquela paisagem. A atividade ocorreu na área do Chafariz Central do Parque da Redenção em 8 de novembro de 2014, como uma ferramenta metodológica para estimular diferentes respostas e assim registrar as sensações e as opiniões da população frente



FLÁVIO DUTRA/JU

à possível transformação daquela paisagem cotidiana. Como objetivo, nossa proposta era a de verificar os argumentos, as avaliações e as sensações dos usuários do parque quanto à ideia de cercamento ou não. Para estimular o debate, criamos uma situação que evocasse a tensão da proposta de alterar aquela paisagem, simulando a instalação de uma cerca em uma pequena área. Pretendíamos que os transeuntes também se deparassem com a experiência íntima de privação de acesso, mesmo que de uma pequena parte do parque.

Nos depoimentos foi possível constatar as experiências que cada sujeito tem em sua vivência do local. Ao fazerem o relato, os entrevistados passam a conferir sentidos, memórias e valores ao Parque da Redenção, que assume então o caráter de um lugar. As percepções variam entre aquelas *tropofílicas*, que destacam o prazer em frequentá-lo, e como o parque faz parte de sua memória e identidade pessoais; e as *topofóbicas*, descrevendo suas preocupações com a segurança e o sentimento de medo, em especial durante a noite.

A maioria agiu com aversão ao tema, e entre os poucos favoráveis à proposta essa só seria viável se cumprisse alguns condicionantes. As opiniões puderam ser resumidas em: (A) a contrariedade em relação ao cercamento, pois o parque tem de ser livre, para seu uso e para o deslocamento entre uma área e outra dos bairros que lhe margeiam; (B) a contrariedade em relação ao cercamento, pois além de obstáculo, a cerca tornaria feia a paisagem, e o custo de instalação dessa barreira seria mais bem utilizado se investido na iluminação, policiamento e melhorias na área; (C) favorável ao cercamento, desde que tenha os custos arcados inteiramente pelo

Poder Público, sem que haja cobrança de ingresso ou restrição de acesso a determinados grupos; (D) sem uma opinião formada sobre a questão, pois não há um projeto desde o qual se possa compreender onde a cerca passaria, quais seriam os acessos, qual o material utilizado e quem subsidiaria a sua instalação e manutenção; (E), uma visitante oriunda do Rio de Janeiro apontou que em sua cidade há parques cercados que funcionam, se referindo à limpeza e à segurança, mas que não se sentiu ameaçada ou diante de um perigo que justificasse o cercamento da Redenção.

Confrontados à experiência, mesmo que efêmera de um parque cercado, os entrevistados afirmaram não se sentir confortáveis. Apontaram que a mudança reduz a sensação de liberdade, rompe com a naturalidade daquele ambiente, o que poderia ter implicações para uma progressiva extinção de uma cultura de diversidade de públicos e de usos pelos quais aquele espaço é reconhecido. Outro aspecto foi a estética: tomando como referência parques no país ou no exterior, alguns entrevistados entendem que no imaginário popular a Redenção não contém cercas.

A segurança foi um tópico recorrente, nem sempre aparecendo como solucionável com uma cerca. A maioria destacou que a barreira não seria suficiente e que os eventos atuais de violência ocorrem por falta de efetivo policial. O parque se constitui na interação com o seu entorno, e a violência que ali existe, também existe na cidade. Desse modo, os entrevistados ponderaram que a cerca não atua na origem do problema, e que seu efeito seria deslocá-lo para outros lugares. Alguns usuários apontam que a medida poderia agravar a questão, por confinar no mesmo território os frequentado-

res e os infratores, além disso, poderia levar a uma diminuição na ocupação do parque, gerando uma sensação de vulnerabilidade. Em outro sentido, a exemplo dos demais equipamentos, também poderia ser objeto de depredação, restando assim inócua em sua intenção.

O sentimento das pessoas frente a uma paisagem dominada por uma barreira física, como a cerca, é ambíguo. Para alguns ela é vista como uma proteção, lhes dando uma sensação de segurança. Para outros, sua presença remete a um espaço tenso, que provoca o isolamento, a impossibilidade de circulação e uma sensação de asfixia da liberdade e do contato com a natureza.

A melhoria na iluminação e a instalação de câmeras de monitoramento são apontadas como inibidoras da ação dos infratores alternativas à barreira física. O cercamento eletrônico, por meio de câmeras, é uma possibilidade na discussão do tema. Os entrevistados avaliaram a câmera como um equipamento público auxiliar na manutenção da segurança, sem afetar o ir e vir dos frequentadores e sem intervir de modo tão contundente na estética do parque.

No entanto, vale fazer uma ressalva: como as entrevistas ocorreram no turno diurno não consideramos a opinião de outros frequentadores do parque, àqueles que o utilizam em seus momentos de escuridão.

Desse modo, considerar os usos distintos do parque implica em ponderar as diversas territorialidades que ali se afirmam, atestando sua condição enquanto espaço público. Isso porque seus diferentes usos e apropriações constituem um campo para a criação e a reprodução de mecanismos de dominação ou controle político, expressando as intencionalidades de diferentes agentes. Assim, se pode registrar as diversas mudanças nas funcionalidades do espaço do parque, ao longo da sua história. Desde o tempo em que era um elemento periférico da cidade, que se constituía gradativamente, passando para uma referência histórica, atração turística, área verde e de atividades diversas (feiras, shows, manifestações, etc.), bem como, um lugar que revela os conflitos sociais e as territorialidades urbanas que se desenrolam além de seus limites físicos.

Para o grupo de pesquisa, o parque deve representar materialmente a consolidação da conectividade entre os diversos espaços livres urbanos e os caminhos verdes que os unem. Ele deve potencializar um processo de revitalização das vias e áreas, como elementos que permitem estruturar esses terrenos que são vistos como dispersos e desconexos no território porto-alegrense.

No que se refere à dita insegurança e a solução proposta de seu cercamento, recorrente nas gestões municipais e nos veículos de comunicação, o grupo reconhece que o parque se materializa como lugar de socialização, de ocupação de diferentes ambientes e por uma diversidade de sujeitos. A sua limitação física deverá gerar um espaço de encarceramento. A falsa sensação de segurança pelo enclausuramento da área remete, também, a fobias, como as expressas pelos entrevistados. Isto é, o sentimento de impossibilidade da livre circulação por seus domínios e além deles. O cercamento reduz a sensação de liberdade, rompe com a percepção individual e coletiva de proximidade com os elementos da natureza, interfere na cultura historicamente construída de usos e funcionalidades diversas, assim como desconfigura a materialização de um local de referência a todos/as que o frequentam.



Uma rampa no meio da rua

Patrimônio Os desafios de fazer reformas de acessibilidade nos prédios históricos da capital

Quem passa pela Cidade Baixa, nota que o bairro está se transformando. Prédios altos e construções recentes tomam conta da paisagem. Entre as ruas Joaquim Nabuco e Lopo Gonçalves, um pequeno trecho de rua mantém viva a memória dos tempos em que a região era banhada pelo Guaíba e em que Lupicínio Rodrigues passava pelos bares com um violão a tiracolo.

As casinhas coloridas de porta e janela e telhado de barro, com pequenos degraus e calçadas estreitas da Travessa dos Venezianos são catalogadas como patrimônio histórico do município. O que acarreta que qualquer alteração ou obra feita por ali tem de passar por um controle rigoroso desde o seu projeto inicial. “Cada um desses edifícios tem sua característica própria. Não quer dizer que tu não possas fazer uma reforma. Algumas dessas casas inclusive viram bares. É algo que é analisado caso a caso”, explica Débora Magalhães, diretora da Equipe de Patrimônio Histórico e Cultural (EPAHC) da Prefeitura de Porto Alegre.

Desde o ano passado, uma das casinhas, que abriga a ONG Parrhesia Erga Omnes, vem sofrendo alterações. Começando pela pintura que recebeu intervenções, incluindo um aviso de proibido estacionar. Mas o que mais chama atenção mesmo são três tábuas de madeira de mais ou menos dois metros de comprimento que se projetam em direção às pedras da rua. Elas estão ali fazendo as vezes de rampa para possibilitar o acesso de Sinistro, fundador da organização e cadeirante.

Contra todos - Sinistro é o nome pelo qual responde Orlando Vitor Voal Neto. Ex-corretor, com duas passagens pela prisão, ele resolveu criar a ONG Parrhesia Erga Omnes. A ideia surgiu como uma maneira de superar suas próprias dificuldades. Em 2010, durante um assalto em um shopping foi ferido nas costas por um tiro. Como resultado, Sinistro ficou paraplégico. A situação fez com que ele e a mãe tivessem de achar soluções para resolver situações cotidianas. “Era uma coisa nova para mim e para minha família. Então, começamos a utilizar a instituição para divulgar nossos direitos. Queremos formar uma rede de informações”, conta.

A organização toma seu nome da expressão grega que significa liberdade de expressão e alude ao trabalho social realizado por meio do hip hop. O Erga Omnes, por sua vez, vem do jargão jurídico e é traduzido como “contra todos”, referência ao foco nos jovens de marginalizados da periferia.

A ONG atende também ex-presos e milita pela revisão da Lei Estadual nº. 11.314, que trata do provimento às vítimas de violência. “Queremos a isonomia dessa lei. Que o filho do brigadiano atingido

por um tiro tenha o mesmo tratamento dado à família do motorista de táxi que morreu porque foi assaltado por que não tinha segurança, caso de um companheiro nosso. Que as pessoas da periferia também tenham seus direitos garantidos”, defende Sinistro.

Em 2012, a Parrhesia se mudou para Travessa dos Venezianos. Logo de cara, a primeira constatação foi que Sinistro não poderia entrar na casa. O piso é alto, um mecanismo de proteção contra as enchentes de antigamente que deram nome à rua. Para fazer qualquer alteração nos degraus é preciso ingressar com um processo que se arrasta na Prefeitura.

“Fizemos uma rampa de acesso improvisada, que é essa de madeira. Já recebemos duas reclamações, mas não temos autorização para quebrar nada. A rua aqui alaga e, por conta disso, não podemos rebaixar o piso”, conta. A rampa está sobre os degraus, com inclinação muito maior do que o sugerido pelas diretrizes de acessibilidade. Outro problema é a falta de corrimões que faz com que Sinistro sofra para acessar o local: “Tu viu como é difícil para entrar. Eu ainda consigo fazer tudo isso sozinho. Outro cadeirante talvez tivesse dificuldades”, argumenta.

As reclamações dos vizinhos se concentram nas dificuldades que a rampa oferece no dia a dia e não na questão de preservação do patrimônio. “Claro que ele pode fazer acessibilidade, mas não pode descaracterizar. Eu sei que tem moradores que não querem a rampa ali”, diz Débora. E completa:

“A calçada já é estreita, as pessoas vêm caminhando e há uma rampa no meio. Existe um prejuízo para os transeuntes. Talvez em algum lugar fosse possível fazer um acesso para ele, construindo uma rampa para dentro da casa”.

Prefeitura – O processo para realizar uma reforma de acessibilidade em um prédio histórico não difere muito do de uma obra comum. É preciso passar pela Secretaria Municipal de Obras e Viação (SMOV), depois pela de Acessibilidade e Inclusão Social (SMACIS) e, por fim, o projeto deve ser encaminhado à EPHAC. Ali, uma equipe de arquitetos, engenheiros e historiadores tem a responsabilidade de definir quais prédios serão tombados ou inventariados – forma de proteção com menos restrições.

O critério para avaliar a possibilidade de reforma é a não descaracterização da construção. Pode parecer bastante subjetivo, mas segundo quem atua na preservação de patrimônio a decisão é técnica: “Não há leis, mas cartas e diretivas, e elas são claras. Quem trabalha com isso, sabe quais projetos passam ou não”, explica Renata Manara Tonioli, arquiteta responsável pelos projetos do Setor de Patrimônio Histórico da UFRGS.

Para o arquiteto Luiz Francisco Perrone, diretor de obras do SPH, a ausência de legislação restritiva e a análise caso a caso garantem que se pense soluções para conciliar preservação e inclusão: “Essas normas precisam ser abrangentes para poder dar cobertura a situações que não são importantes

localmente, mas têm relevância em outras construções”. Renata acrescenta: “Tudo que está no projeto tem de ter um por quê. A origem do prédio, o sistema constitutivo e a circulação têm de ser estudados. Então, é caso a caso, mas embasado no que o edifício te oferece, no que vai ser necessário para o uso, no que tu tens de recursos e de tecnologia para essa obra. E esse estudo faz muita diferença”.

Adaptação – A diretora da EPHAC conta que dificilmente uma benfeitoria é recusada quando passa pela equipe. “São bens já existentes, então é preciso achar maneiras de fazer essas reformas”, relata. A SMACIS foi contatada para esta reportagem, mas não respondeu a tempo.

Para Débora, o caso de Sinistro

necessita de mais apoio técnico e que se espere o tempo necessário para seguir todo o protocolo. Ele alega que já procurou os órgãos competentes: “Falei com a SMACIS, nada foi resolvido. O Patrimônio ficou de vir aqui, não veio. Dois agentes da Prefeitura fizeram uma visita para falar da reclamação, voltaram com meus argumentos, disseram que iam abrir processo e, até agora, nada. O proprietário já me falou que preciso da autorização da Prefeitura porque sem ela, nada pode ser feito”. Enquanto isso, seguem as três tábuas de madeira destoando da paisagem de alvenaria, pedra e barro da Venezianos.

Igor Porto,
aluno do 8º semestre
de Jornalismo da Fabico

As soluções adotadas na UFRGS

Apesar de só ter dois prédios tombados como patrimônio nacional – o da Faculdade de Direito e o do Observatório Astronômico –, a maioria das edificações do Câmpus Centro, algumas do Vale e da Saúde conta com algum tipo de proteção estadual ou municipal. O principal desafio para fazer reformas de acessibilidade nessas construções é proporcionar uma entrada única. “Os órgãos indicam que não se tenha uma porta alternativa para o cadeirante, mas que se transforme a entrada principal em acessível para não haver o risco de ser caracterizada como segregação”, explica Perrone. Nas edificações do início do século, como a Engenharia

antiga e o ICBS, as escadarias da entrada acabam no limite do lote, inviabilizando a construção de uma rampa. A solução foi transformar a entrada dos fundos, no subterreio – pavimento construído para evitar o acúmulo de umidade no primeiro andar – em entrada principal. “Conseguimos criar esse acesso sem grandes repercussões para o edifício”, informa Perrone. Na Agronomia, que viu a Avenida Bento Gonçalves ser aterrada em mais de 1,20 metros ao longo do tempo, esquema parecido foi utilizado. Além disso, são comuns as construções de torres externas ou internas com elevadores e de banheiros especializados para cadeirantes.



Fundador de uma ONG situada na Travessa dos Venezianos, Orlando Neto teve de improvisar uma rampa para acessar a sua casa



Fisioterapia para a voz

FonoVoz Núcleo da UFRGS oferece atendimento para distúrbios da comunicação

Jacira Cabral da Silveira

A voz disfônica de Rod Stewart nunca foi impedimento para que ele fizesse sucesso – são mais de 200 milhões de álbuns vendidos desde o início de sua carreira nos anos 1960. Mas, dependendo das causas, nem todo mundo convive com a rouquidão da mesma forma, já que essa disfunção pode impactar negativamente aqueles que necessitam da fala em suas atividades cotidianas ou no trabalho. Em muitos desses casos, a perda de voz temporária torna-se queixa recorrente, embora esse problema não seja exclusividade dos disfônicos.

Foi justamente a falta de voz no final de todo semestre, depois de uma rotina de cinco horas diárias de uso ininterrupto, que levou a professora de Bioquímica da UFRGS Cristiane Matté a procurar o Núcleo de Estudos da Voz e Distúrbios da Comunicação Oral (FonoVoz). O setor completou seis anos de atendimento fonoaudiológico gratuito às pessoas que apresentem algum sintoma ou queixa vocal.

De acordo Bárbara Goulart, coordenadora do FonoVoz e docente do curso de Fonoaudiologia, já foram atendidos cerca de 300 pacientes, entre crianças e adultos de todas as idades. O ambulatório funciona no Centro Interdisciplinar de Pesquisa e Atenção à Saúde (Cipas), no prédio da antiga Escola Técnica da Universidade. O grupo de estagiários, pesquisadores e a coordenação também dispõe de uma sala onde analisa a voz dos pacientes por meio de gravações em áudio realizadas durante as consultas. Atualmente, estão em atendimento 30 pessoas, cujas consultas ocorrem às sextas-feiras, sendo que o tratamento completo pode levar de 12 a 16 encontros.

Cristiane, que já havia recebido diagnóstico de fenda nas pregas vocais, ficou sabendo dessa atividade de extensão por meio de uma publicação interna e decidiu voltar a tratar sua voz. Somado a esse problema que acarretava pequeno ruído ao falar, ela também apresentava dificuldade na pronúncia da letra ‘r’: “Característica de quem vem da Serra”, justifica a caxiense.

Assim como fez a professora, todo aquele que tiver interesse em realizar uma primeira consulta e saber mais a respeito do atendimento no Núcleo, pode entrar em contato com o Cipas: “Basta dizer que tem um problema de voz e explicar um pouco sobre ele para

uma avaliação”, resume Bárbara.

A vertente clínica do FonoVoz está atrelada à experiência de sua coordenadora. Antes de ingressar na UFRGS, Bárbara foi responsável pela implantação do curso de Fonoaudiologia da Universidade Feevale, onde também criou uma linha de pesquisa sobre epidemiologia da comunicação humana – cujo foco é buscar entender por que certas pessoas têm problema para falar e outras não. Hoje, com o apoio do FonoVoz, ela ministra três disciplinas obrigatórias no curso de Fonoaudiologia: Transtornos da voz (rouquidão, soprosidade, fanho); Triagem e avaliação; e Reabilitação de voz.

Tratamento – Diferentemente do primeiro tratamento que exigia um mínimo de uma hora seguida de exercícios diários, Cristiane agora escolhe quando, onde e por quanto tempo fazer os treinamentos aprendidos com as estagiárias do Núcleo, sob a orientação das professoras. Ela salienta a importância que representou para o aumento da qualidade de sua expressão oral ter incluído em sua rotina os cinco minutos no início e no final do dia quando aquece e desaquece a voz. Diariamente, a docente faz outras sequências de exercícios que não dependem de equipamentos, pois envolvem a motricidade e a emissão de sons pela boca.

“Quando levei minhas preocupações ao Núcleo, eles conseguiram encontrar um treinamento que não demandava tirar um tempo extra, me obrigando a parar o que estivesse fazendo. Agora, consigo encaixar os exercícios na minha agenda. As meninas que atendem no ambulatório têm a

sensibilidade de compreender nossas rotinas e necessidades, encaixando a Fono dentro dessa realidade. E o melhor, a gente consegue cumprir aquilo que se compromete a fazer”, destaca a bioquímica.

Segundo ela, cada consulta começa com um relato de como foi a semana, o quanto de avanço na qualidade da voz foi percebido, se existe alguma queixa ou novidade com relação ao tratamento e se os objetivos da semana foram ou não atingidos. Após, se for o caso, novos exercícios são ensinados e treinados para a semana seguinte. No momento em que se chega a um protocolo de voz, ou seja, uma sequência de exercícios ideais e específicos para o paciente em questão, os demais encontros são apenas de acompanhamento, e as consultas vão rareando. Esse protocolo, frisa Bárbara, deverá ser incorporado à rotina: “Até se tornar um hábito, garantindo a saúde e a qualidade da voz”.

Resistência – Mas nem todos que procuram e iniciam tratamento no ambulatório de voz têm a mesma persistência de Cristiane. Existem aqueles que resistem a iniciar os primeiros exercícios, descrentes de que uma série de caretas, a emissão de sons estranhos e a ginástica facial resultarão em algo para além do constrangimento ou de boas risadas.

“Por vezes, é difícil fazer o paciente entender que coisas tão simples como fazer vibrar a língua entre os dentes, produzindo um som tremido – assim como a língua, as cordas vocais vibram ao se esticar e encurtar – pode trazer a voz de volta e, consequentemente, sua comunicação. Eles se surpreendem ao ver os

resultados imediatos”, comenta Juliana Richinitti, uma das pesquisadoras do Núcleo.

Para ilustrar, recorda um paciente com paralisia de prega vocal unilateral. Ela explica: “Quando falamos, nossas cordas vocais se aproximam e vibram, mas, no caso desse senhor que havia sofrido uma cirurgia, uma dessas pregas não se aproximava da linha média, resultando em má qualidade de som”.

Depois de muito relutar à fazer os exercícios indicados, à medida que as alunas deram explicações quanto aos benefícios de cada treinamento, ele foi cedendo e começou a fazer o que lhe era proposto, até confirmar o que as especialistas estavam tentando lhe dizer: “O resultado foi muito bom, porque ele tinha muita dificuldade de se fazer entender pelos demais”, comemora Juliana.

Resultados – Conforme Bárbara, geralmente no retorno da primeira semana após o início do tratamento, os pacientes já são capazes de identificar os avanços iniciais. Ela adverte, entretanto, que, embora os benefícios sejam constatados imediatamente depois dos primeiros exercícios, essa qualidade só se mantém com a continuidade dos treinamentos: “Até que o cérebro aprenda um novo jeito de usar a voz”, resume.

Outro aspecto que pode dificultar o tratamento ocorre quando as pessoas que chegam ao FonoVoz não vieram por interesse próprio, como é o caso das crianças, que são trazidas pelos pais, ou de adultos que procuraram atendimento para satisfazer a recomendações de parentes, de amigos ou de colegas, preocupados com sua saúde. Medo, desinformação?

De tudo um pouco. O fato é que, na avaliação da coordenadora do Núcleo, a maioria das pessoas pensa que para melhorar sua voz precisa passar por uma cirurgia ou tomar algum tipo de medicação: “Os exercícios que ensinamos são como uma fisioterapia da voz ou, para os idosos, como uma musculação da voz”, simplifica.

Quando as pessoas usam mal a voz por muito tempo isso pode resultar em nódulos de cordas vocais, que é tipo um calo, mas não tem nada a ver com câncer, tranquiliza Bárbara. Nesses casos, é comum a recomendação de uma cirurgia para a retirada do problema, “mas isso não garante que ele não voltará se for essa a tendência daquela pessoa, além do fato de que o procedimento cirúrgico modifica o tecido, interferindo na mobilidade do aparelho fonador”, complementa Juliana. O que se recomenda? Uma consulta com uma fonoaudióloga para uma avaliação do tipo certo de exercício para cada caso.

Lisiany Prestes, aluna do oitavo semestre do curso de Fonoaudiologia começou seu estágio no FonoVoz no início deste ano e tem comprovado justamente isso: que cada caso é um caso. Ela também tem constatado o quanto a prática complementa e amplia o que se estuda na Universidade. “O básico a gente aprende na faculdade, mas como cada paciente é diferente do outro, precisamos correr atrás para entender o problema específico de cada um”, justifica. Por outro lado, reclama que o aprendizado seria maior se não houvesse tanta desistência por parte dos pacientes. Do contrário, poderiam colocar em prática tudo que aprendem na graduação.

Cada paciente executa exercícios das cordas vocais específicos para o seu tipo de problema



RAVON MOSER

Bacharéis generalistas

FLÁVIO DUTRA/JU



A visão dos alunos que estão frequentando uma nova modalidade de graduação no câmpus da Universidade na região litorânea

Litoral Norte Estudantes explicam as peculiaridades de fazer uma formação interdisciplinar

Felipe Ewald

O Câmpus da UFRGS em Tramandaí, inaugurado em 2014, conta com inúmeras peculiaridades. Os poucos prédios são todos de andar térreo, o que reforça a incidência solar. Na paisagem, o ritmo lento das hélices dos aerogeradores que rondam as imediações. O vento ininterrupto balança a vegetação e produz o som mais marcante em meio a uma atmosfera de poucos ruídos.

Inusuais também são os dois cursos que por enquanto são lá oferecidos: Licenciatura em Educação do Campo, que ocorre parte no câmpus e parte nas comunidades, e Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, cujos alunos constroem seus percursos singulares em direção a sua área de eleição.

Num final de manhã ensolarada de agosto, encontramos um grupo de cerca de dez estudantes reunidos em frente ao Restaurante Universitário, sobre toras de madeira que já serviram de base para painéis expositores. São todos do segundo ou terceiro semestre do bacharelado, ou simplesmente BI, como eles já se habituaram a chamar. Sento ali para conversar

com eles e fico conhecendo mais uma singularidade do câmpus: ainda não há bancos nos espaços de circulação. Isso diminui a disponibilidade de ambientes de convivência, ainda mais reduzidos pelo fechamento da biblioteca em função da greve dos servidores técnico-administrativos. Mas nada impede a socialização promovida pelo jogo de taco praticado no gramado.

Pergunto se encontram problemas por serem os primeiros a frequentar a nova sede: “Antes tinha mais, mas agora já está bem melhor”. Quem responde é Matheus Volf, que toma a frente do grupo. Morador de Cidreira e aluno do terceiro semestre, ele ingressou no BI vindo direto do ensino médio. Ficou sabendo do curso por um professor do pré-vestibular. Como originalmente pensava em cursar Políticas Públicas, não foi difícil optar por se direcionar para a terminalidade de Desenvolvimento Regional.

Terminalidades – Isso quer dizer que, ao concluir 2.400 horas em atividades de ensino e receber o diploma de bacharel (em uma graduação plena de cunho generalista), Matheus poderá pleitear uma vaga (por meio de reingresso) e seguir para o curso de caráter profissionalizante em Desenvolvimento Regional, uma das quatro opções ofertadas. Contudo, para isso precisa definir esse direcionamento desde o início do BI, já que a organização curricular é flexível e há disciplinas que serão pré-requisitos para cada terminalidade. Nesse sentido, ela, de certa forma, já se inicia durante o bacharelado, como já havia me esclarecido em conversa prévia a professora Liane Loder, diretora

acadêmica do câmpus.

“A gente faz três anos, escolhendo as cadeiras, determinando qual rumo quer seguir, visando uma especialidade”, explica Nícolas Petersen, também no terceiro semestre. Ao fim do BI, ele pretende ir para a terminalidade de Engenharia de Gestão de Energia. “Minhas cadeiras estão sendo todas pra esse rumo”, observa.

A seleção da área almejada, na verdade, ocorre a partir do terceiro semestre. “O primeiro e o segundo são mais pra se ambientar, porque tem disciplinas tanto de humanas como de exatas”, comenta Ronald Gomes, morador de Xangri-Lá e aluno, igualmente, da terceira etapa.

“O legal desse curso é que se consegue fazer a transição dentro das duas áreas, vendendo pra qual se tem melhor aptidão. Daí tu acabas escolhendo o que tu queres”, acrescenta o estudante, que tem a intenção de seguir também para a área da Engenharia de Gestão de Energia. Para ele, é ótimo ter essas opções dentro do mesmo curso, sem precisar buscar transferência interna. “Eu comecei a estudar Administração, não gostei e acabei perdendo tempo e dinheiro. Cheguei a fazer quatro semestres na Unisinos. Larguei, fiz intercâmbio e, na volta, entrei aqui na UFRGS”, revela.

Variedade de opções – A versatilidade mencionada por Ronald já foi aproveitada por Rafael Souza, de Tramandaí: “No segundo semestre, cursei as cadeiras pra engenharia; mas vi que não era muito a minha área e acabei indo mais pro lado das humanas agora, pra ver se é o meu estilo”. Ele ainda não decidiu se seguirá para a Licenciatura em Geografia ou

para o Desenvolvimento Regional. “Caso nenhum seja do meu gosto, posso fazer só o BI mesmo e tentar um concurso público ou alguma coisa assim”, admite, mostrando-se seguro para completar o bacharelado. Esta, aliás, é uma unanimidade entre todos, sendo um grande atrativo o fato de receberem um diploma ao fim de três anos.

Orientação na carreira – A flexibilidade que agrada à maioria pode também se tornar um pesadelo, caso o aluno não encontre um foco dentro do curso. Para isso, é preciso compreender muito bem as possibilidades disponíveis.

Matheus lembra que para ele e os colegas da primeira turma não havia nitidez sobre como seria o seguimento do bacharelado. “Todo mundo, quando chegou, queria muita informação. Os professores foram solícitos ao ponto de tirar nossas dúvidas nas aulas, sobre como a gente ia seguir uma carreira futura”, afirma. Além disso, em 2014, ocorreu um ciclo de palestras de orientação para os estudantes em que foram convidados especialistas em cada uma das áreas ofertadas. Segundo a professora Liane, há a intenção de fazer um novo ciclo ainda este ano.

“Hoje já entendemos bem como é o curso. Até o segundo semestre ainda havia alguma insegurança, mas agora no terceiro a gente está até ensinando o que é o BI”, completa o aluno veterano.

Isso facilita o fluxo de informações boca a boca. Foi assim que Gabriel Vianna, da segunda turma, recebeu orientação de Matheus: “Eu vi as cadeiras que ele fez e fui me guiando por ali. Vi as que tinha ofertadas pra mim e, de acordo com o que queria e

preciso, fui escolhendo. Enfim, a gente tem que ir atrás”. Morador de Pinhal, ele chegou a cursar Licenciatura em História na UFPel, mas preferiu mudar para o BI por conta da proximidade do câmpus. “Vim pra cá principalmente com o intuito de fazer a terminalidade de Licenciatura em Geografia. Ainda tenho vontade de voltar pra História, mas aí com toda essa questão de bolsa e interatividade com a região, com as comunidades, acabei me apaixonando por Desenvolvimento Regional. De qualquer forma, por conta da interdisciplinaridade sigo tendo a oportunidade de fazer as cadeiras da licenciatura também”, reflete.

Pesquisa – A bolsa a que faz menção é de iniciação científica, orientada pela professora Marlise Dal Forno, coordenadora do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Litoral. Gabriel explica que seu trabalho envolve o fortalecimento da pesca artesanal na barra de Imbé, em contato direto com as famílias de pescadores.

Foi justamente por meio desse contato com a pesquisa que conheceu o colega Matheus, o qual se entusiasma com a oportunidade de refletir sobre políticas públicas para a região que atendam comunidades tradicionais – indígenas, quilombolas, pescadores –, facilitando seu acesso a editais, por exemplo. “Isso mostra a necessidade de existir pessoas qualificadas pra trabalhar na região”, aponta. Para ele, essa é uma demonstração da importância da presença da Universidade no Litoral Norte. Pergunto a eles se o caráter generalista e aberto do BI não gera alguma ansiedade. Gabriel afirma que sim. “Porque, quem vinha com a ideia de fazer outro curso e entra no BI fica pensando: como é que isso aqui vai me ajudar para o que eu quero fazer depois? Ai, com o tempo, a gente vai descobrindo, mas até conhecer como é que funciona fica uma coisa meio estranha”.

Matheus demonstra apenas a incerteza comum a alunos de qualquer curso: “Não tem como dizer o que vamos fazer”. De qualquer forma, acredita que haverá vagas no mercado de trabalho a qualquer momento, tanto na região, como no Distrito Federal. Quanto à sua inclinação em permanecer no litoral, ele responde: “Gosto daqui, e o curso pode auxiliar os gestores públicos da cidade. Mas todos têm vontade de voar mais alto, né! Ir trabalhar num ministério. Tenho essa vontade também!”.

Seu espírito confiante contrasta com o grande preconceito que ele diz já ter testemunhado em relação ao litoral, o que reforça sua certeza em relação ao fato de ser aluno da UFRGS no Câmpus Litoral Norte. “Antes, esse preconceito fazia com que nós fôssemos pra Porto Alegre. Agora a gente não precisa mais”, conclui.



Trilhando novos caminhos

Ensino Projetos expandem o conhecimento a partir de experiências diferenciadas

A Revolução Industrial transformou e, de certa forma, criou a educação tradicional. Necessitando alimentar o pulsante capitalismo europeu, a sociedade passa a instruir os indivíduos ao trabalho em volta da máquina: para operá-las, expandiu-se a educação pública às camadas pobres e para aperfeiçoá-las, multiplicaram-se as universidades particulares destinadas à elite. Tânia Fortuna, professora da Faculdade de Educação da UFRGS, explica que esse padrão educacional é comparável ao de uma fábrica: “É quase taylorista, com alunos uniformizados, sentados um atrás do outro e fazendo exatamente a mesma coisa”. A pedagoga exalta o surgimento de iniciativas inovadoras na educação pública brasileira, mas observa que, por mais que sejam consistentes, “estão dispersas, não são sistematizadas e encontram muita resistência”.

Surge, então, uma resposta da própria sociedade a esse vazio. Entidades civis voltadas a uma educação não formal se multiplicaram nos últimos anos e conseguem, segundo Tânia, responder de forma mais rápida às necessidades negligenciadas pela escola contemporânea. Ela percebe, na maioria dessas iniciativas, uma ambição de transformação social, de modificar a lógica das relações

e fazer as pessoas se sentirem mais comprometidas umas com as outras: “O grande diferencial delas é se aprofundarem em valores ligados à nossa humanização”. Em Porto Alegre, algumas entidades procuram instruir crianças e jovens a partir do crescimento pessoal e longe das menções diárias ao vestibular.

Leitura – Uma mala incomum circulava pelas íngremes ruas do Morro da Cruz na zona leste da capital. Dentro dela, livros da Biblioteca Comunitária Ilê Ará, expressão iorubá para “casa do povo”, fundada na comunidade em 2006. A ideia era motivar os moradores não só a ler, mas a participar das atividades culturais oferecidas pela instituição. Em 2008, a então coordenadora da biblioteca, Márcia Cavalcante, percebeu a oportunidade de expandir essa transformação social através da cultura. Junto com parceiras, fundou a ONG Cirandar que, no mesmo ano, desenvolveu o projeto Redes de Leitura. Atualmente, a entidade é responsável pela formação de educadores e gestores da rede, que conta com nove bibliotecas comunitárias em regiões periféricas da capital, e pela administração das bibliotecas da vila Nova Chocolate e da Ilha Grande dos Marinheiros.

A entidade também organiza encontros com autores, saraus, exposições, sessões de cinema, peças de teatro e shows nas bibliotecas e comunidades da rede. O principal objetivo, porém, é a formação do leitor, como relata a produtora cultural Ana Carolina Pinheiro: “Acreditamos que a experiência da leitura te faz imaginar outro mundo possível, conhecer outras realidades e te formar como ser

humano”. A leitura de livros meta-didáticos não é estimulada, uma vez que o projeto “quer formar leitores que escolham e gostem do que leem”, declara Maria Fernanda Viegas, coordenadora da ONG.

Reestruturação – Nos anos 1990, a pediatra carioca Vera Cordeiro percebeu que a constante reinternação hospitalar de muitos de seus pacientes não estava ligada apenas a questões de saúde. A realidade social daquelas crianças fazia com que sua condição fosse agravada. Percebendo que poderia fazer mais, fundou a Associação Saúde Criança, em 1991, com o objetivo de diminuir a reinternação hospitalar combatendo sua maior causa: a miséria. A partir de cinco pilares fundamentais – saúde, educação, cidadania, renda e moradia –, a ONG reeduca a família para seu autossustento e para uma melhor qualidade de vida. Atualmente, a entidade possui dez unidades no Brasil e duas no exterior. Porto Alegre passou a contar com uma sede da Saúde Criança em 2007, por iniciativa da advogada Lúcia Handel, que havia trabalhado na matriz. Suzana Garcia, coordenadora administrativa da filial, reflete: “Buscamos dar oportunidades para famílias que nunca as tiveram”.

Na capital, a ONG possui vínculo com o Grupo Hospitalar Conceição, que faz a triagem e o encaminhamento de crianças com doenças crônicas. A filial trabalha, atualmente, com 34 famílias de baixa-renda residentes da zona norte. Após ingressar no projeto, a família traça metas e prazos para o período de dois anos, sendo acompanhada por uma equipe composta por assistente social, psicóloga, advogado e nutricionista. O plano

abrangia desde auxílio visando à confecção dos documentos e para a normatização da situação legal dos integrantes, até aulas sobre assuntos diversos, como educação sexual e alimentação para os adolescentes membros da família. Já que a permanência no emprego é dificultada pelas constantes idas ao hospital, as mães participam de oficinas para a produção caseira de produtos comerciais. Sempre que possível, a ONG ainda reforma a moradia e encaminha membros da família para cursos profissionalizantes. “Trabalhamos nesse conjunto porque tudo isso é saúde na verdade, tanto que o nosso slogan é *Saúde é Inclusão Social*”, explica Suzana.

Liderança – Onília Araújo e Bruno Bittencourt se conheceram em 2013 durante o período de manifestações contra os aumentos das passagens de ônibus. Conversando sobre os protestos, perceberam que também clamavam por um futuro melhor para o país, porém queriam agir de outra forma. Após concluírem que a educação seria o caminho para esse avanço, iniciaram naquele mesmo ano um projeto na Escola Estadual Nehyta Martins Ramos, no bairro Lami, zona sul da capital. No ano seguinte, deram continuidade à iniciativa, fundando a Escola Convexo e incorporando Leticia Saraiva à equipe. A ação visa transformar a comunidade onde se estabelece, por meio da potencialização da liderança dos jovens daquele entorno. Leticia comenta ser visível que: “Eles têm sede de poder dar um futuro melhor para aquela região”.

Espontaneamente, alunos de todas as idades participam do projeto, frequentando três encontros

semanais na própria escola, oferecidos no turno inverso ao das aulas. O ensino acontece por meio de um problema a ser resolvido que, no caso da Escola Nehyta Martins, foi a organização de uma horta. Leticia explica que esse contexto possibilita trabalhar conteúdos da educação formal, como porcentagem e frações, além dos três pilares do projeto: a comunicação, a lógica e o empreendedorismo. Ao mesmo tempo, o grupo elabora outras iniciativas criadas junto com os estudantes: “As crianças são tudo no nosso projeto. Elas pensam desde o nome do produto, até o lançamento, o dia, quem vai trabalhar”, relata a coordenadora. Leticia ressalta que, dessa forma, o papel da Convexo não é colonizador: “Queremos que eles sejam protagonistas”.

Efeitos – Nas três iniciativas o principal resultado observado é o efeito individual nos participantes. Na Convexo, segundo Leticia, a autoestima desperta: “Eles passam daquela pessoa que acha que não consegue fazer pra aquela que pelo menos tenta, que se arrisca”. A coordenadora também exalta a importância de participar de um grupo unido: “Eles aprendem a confiar nos colegas e a entender que o ruim não é precisar de outra pessoa, mas não ter ninguém para te ajudar”. Já na Cirandar, a característica que mais aflora é a autonomia das crianças, já que, conforme conta Maria Fernanda, na biblioteca elas têm liberdade de escolher quando ir e o que ler. Embora nem todas as dinâmicas sejam totalmente bem-sucedidas, os coordenadores dizem notar nítidos avanços nas crianças e jovens quando percebem que “podem sonhar com um futuro melhor e, no presente, agir para isso”, resume Leticia.

Maria Helena Espindola adotou uma menina com paralisia cerebral há cerca de dois anos. Apenas este ano e com a ajuda da Saúde Criança, ela conseguiu a guarda da filha de três anos. Com um sorriso no rosto, ela comemora: “Em setembro eu pego a nova certidão dela”. Aos 29 anos, Maria diz estar usufruindo ao máximo dos cursos oferecidos pela ONG, dando destaque ao curso de design de sobancelhas, cujos caros equipamentos foram custeados pela entidade.

Colega de Maria em algumas oficinas, Mariuse da Rosa tem 28 anos e participa da Saúde Criança com seu casal de filhos. Neste mais de um ano como participante, ela percebe uma diminuição brusca das internações hospitalares da filha, ocasionadas por uma infecção urinária crônica. Mariuse fala que a iniciativa: “Mudou todo meu modo de agir. Quando eu vim cá, estava bem depressiva e doente. Agora, tudo melhorou”. Conta que os filhos adoram participar das atividades: “Não querem nem ir à escola quando chega o dia, falam que aqui é o hospital colégio”.



Crianças participam de atividades na ONG Saúde Criança enquanto suas mães conversam com psicólogas e assistentes sociais

Iami Gerbase,
estudante do 6º semestre de
Jornalismo da Fabico



Da crueldade à candura

Literatura

Valter Hugo Mãe traça sua busca pela humanidade

Felipe Ewald

Morador da Vila do Conde, no norte de Portugal, o escritor projeta-se para o mundo com seus modos singelos e falas impregnadas de modéstia. Com um ritmo tranquilo e generoso no estabelecimento do diálogo, devota atenção completa aos interlocutores.

As vozes infantis ou femininas – Valter Hugo Mãe é um feminista convicto, o que vem atestado pelo Mãe que acrescentou ao seu nome – das personagens de seus romances, pelos quais é mais conhecido em nosso país, às vezes se fazem reconhecer em suas palavras, assim como a intensidade de suas imagens poéticas. Aficionado da cultura brasileira, com a qual se identifica pelo despudor, sua figura contrasta com as dificuldades e horrores que povoam sua obra – único meio, segundo ele, para encontrar alguma lucidez e promover indivíduos responsáveis. Também convoca narradores-crianças a fim de buscar uma redenção por meio da candura própria da infância e eventualmente contribuir para a humanidade, mesmo que a partir da exposição de suas atrocidades.

Convidamos a professora Ana Lúcia Tettamanzy, docente de literatura portuguesa na UFRGS, para participar da conversa que o autor nos concedeu antes de sua conferência para o Fronteiras do Pensamento, realizado em agosto, no Salão de Atos da Universidade.

No Brasil atual, tudo é culpa da corrupção e adotamos um tom moralista no qual “corruptos são os outros; eu estou acima e os crítico”. Em entrevista, você relata que em alguns dos seus livros “toda a gente leva na orelha”. Como distribuir essas tapas sem se colocar acima?

Achei interessante você começar por citar a questão da corrupção no Brasil, porque é algo que cria uma imagem; a gente chega e é o assunto. E fica aquela dúvida: mas alguém sobrevive limpo nessa história? E tragicamente, a pergunta pode ser levada a este ponto: o povo sobrevive limpo a tudo isso? É uma preocupação, um rastro que o país vai deixando, uma coisa que a pessoa nasce e já herda. Eu não sou político nem estadista, mas de alguma forma crio uma ansiedade muito grande: espero que o Brasil seja perfeito. Se deus nasceu aqui (risos), como ele foi bobo o suficiente de não fazer logo a perfeição? Como falhou numa coisa dessas? Há uma poeta portuguesa, Sophia de Mello Breyner Andresen, que tem um verso – vou citar livremente – que diz assim: *peçoas sensíveis não matam galinhas, mas*



“Estou convencido de que a infância é a única escola; todo o resto é um complemento de informação.”

FLÁVIO DUTRA/JU

comem galinhas (risos). Então, com a minha literatura obrigo a pessoa sensível a matar sua própria galinha. Você só vai comer se for responsável pela sua comida. Você terá de ter consciência que aquilo que consome é sua responsabilidade. Então, os meus livros têm sempre essa dimensão até grotesca. Eles procuram um encanto, uma redenção, uma felicidade qualquer, mas partem da lucidez, da dificuldade, como a única maneira de melhorar. A gente não vai ter um mundo melhor sem reconhecer como as coisas são, do contrário tudo será uma construção fictícia, ilusória. Creio que, com esse tapa na cara de cada um, começo logo por encarar as minhas figuras como gente absolutamente normal, porque acho que o herói é um indivíduo normal que de repente ganhou coragem – ninguém nasce exatamente com asas.

Para tentar entender essa realidade o mais apropriado seria passar pela infância?

Penso bastante sobre isso: por que a infância sempre? Eu poderia escrever um milhão de livros sobre crianças que falam; há sempre um narrador-criança que me é fácil convocar. Preciso buscar explicações para não me sentir simplesmente louco – encontrar um propósito quase filosófico para ser assim. Estou convencido de que a infância é a única escola; todo o resto é um complemento de informação. Creio que a gente percorre a vida inteira curando a infância ou a potenciando: aquilo que começou por ser dado a você, você depois usa o estado adulto para potenciar. Tem gente que utiliza pra ficar traumatizado, remoendo, culpando. Acho isso profundamente insuportável, porque, como adultos, temos

simplesmente de reconhecer o que aconteceu. A minha infância pode ter sido mais ou menos boa, mas posso criar uma redenção. O estado adulto é a cura da infância. Por isso convoco a infância. Ao mesmo tempo, ela é a semente da candura. Em estado adulto, a gente já quase não encontra a candura. Temos de invocar esse tempo antigo pra lembrar como era afinal. O adulto é um indivíduo que desaprende os componentes da felicidade. No que respeita à questão da felicidade, ele é mais ignorante que a criança, é burro. Então, precisa aludir à inteligência da infância. Eu não consigo fugir a isso. Aquilo que verdadeiramente fundamenta e justifica o amor, a criança sabe, e o adulto muitas vezes não sabe.

Nesse sentido, tem uma simplicidade de que é quase uma banalidade...

É porque ficamos idiotas. É simples. Se alguém perguntasse, a criança diria assim: “Você vai crescer feliz?”, “Vou, claro”. “Você vai querer estar com alguém que seja bom pra você ou mau?”, “Com alguém que seja bom pra mim”. Por que a gente chega à idade adulta e fica com a pior escolha? Não é uma bobice só de adulto? A criança rejeita logo alguma coisa que a ofende, que a perturba. A gente se torna adulto e não sabe nem como gostar.

Ouvi de um professor que na língua inglesa não há separação entre literatura inglesa, americana etc; existe apenas literatura de língua inglesa. Já na língua portuguesa fazemos essas distinções. Existe mesmo diferença entre o que se comunica aqui e em Portugal?

Nós temos que ter consciência de que somos todos descendentes de um povo um pouco mais bobo

e menos pragmático. Os ingleses são mais pragmáticos, mais organizados. No avião que peguei de São Paulo pra cá, esperamos porque um passageiro precisava embarcar por motivos de luto. Isto é uma coisa do nosso mundo. Naquele momento, pensei: mas isso é uma vantagem ou um defeito nosso? Em determinadas situações é um defeito, mas ali eu podia esperar uma hora ou duas, porque fazer com que embarcasse uma pessoa que vem por este motivo, pra mim é uma questão superior. Então, sim: uma companhia aérea deve pensar nisto; nós devemos pensar nisto. Aquilo que mais me frustra é que não exista um programa literário que seja uno, e que as pessoas não aprendam, por exemplo, o Pessoa e depois o Drummond. O Pessoa fica na disciplina da literatura portuguesa e o Drummond na brasileira. Não tem como saber poesia em português sem passar por esses dois autores. Quem não ler Drummond e achar que conhece poesia portuguesa é um imbecil, porque não tem português sem Drummond, não tem língua sem ele. Essa coisa de o retângulo ibérico definir um sentido de propriedade é uma imbecilidade, porque a língua extrapola, e por isso ela vai estar correta em todos os sentidos e em todos os lugares em que a usarem. Quando me perguntam, por exemplo: “O que você tem em comum com os autores brasileiros ou africanos?”. Eu tenho em comum o despudor, porque não fico agarrado à academia portuguesa que me queria obrigar a escrever tudo muito direitinho como escreve o Eça de Queiroz no século XIX. Quero chegar a fórmulas diferentes, quero que a minha língua se estenda. Então é muito mais importante chegar a esta latitude.

Costumo pontuar em aula a melancolia luso-brasileira: Portugal à espera do passado e nós à espera do futuro. Afinal, o brasileiro se acha mais bonzinho do que a nossa crueldade estampa...

E normalmente o brasileiro acha-se mais alegre do que efetivamente é. Eu contesto isso: estamos na terra de Lupicínio Rodrigues. Então, vamos discutir fado, mas vamos colocar Lupicínio, Cartola, João Gilberto, com as coisas que eles dizem. Até a *Garota de Ipanema* é triste, porque ela passa, mas não pertence, todo mundo quer, mas só ela tem, e ela não dá (risos). Há aqui e acolá uma diferença entre a tristeza portuguesa e a brasileira, mas isso não significa que o brasileiro não faça o seu culto também. Agora, com um inverno desses (sol e mais de 25°C no início de agosto), chorar por quê? Isso é uma espécie de abundância da natureza que compõe metade das angústias existenciais: a filosofia chega aqui e fica obsoleta. Pra que filosofia? Aquela coisa que o Fernando Pessoa dizia: “Come chocolates, pequena;/ come chocolates/ Olha que não há mais metafísica no mundo senão chocolates”. Então, o Brasil é um chocolate enorme.

Eu vejo na sua obra o horror, mas também a esperança, o que gera um paradoxo interessante e abre a possibilidade de dizer coisas tremendas com alguma doçura...

E fazer com que as coisas tremendas que são ditas tenham uma função, que não sejam só uma agressão, porque não me interessa fazer um livro que seja só uma agressão à humanidade. Posso acusar alguma frustração para com muita coisa na humanidade, mas não estou contra ela; muito pelo contrário, quero que ela seja uma construção. Eu quero construir!



FOTO FLÁVIO DUTRA/JU



ONU em busca de renovação

André Luiz Reis da Silva*
Isadora Loreto da Silveira**
Alexandre Piffero Spohr***

Há 70 anos, entre abril e junho de 1945, reuniram-se, em São Francisco (EUA), representantes de 50 nações aliadas para criar uma organização que proveria as bases para um sistema internacional mais pacífico e equânime. Em 26 de junho, a Carta das Nações Unidas e o Estatuto da Corte Internacional de Justiça foram assinados pelos delegados ali presentes. A criação da Organização das Nações Unidas só ocorreu em 24 de outubro de 1945, com a ratificação da Carta pelos cinco membros permanentes da ONU (China, Estados Unidos, França, Reino Unido e União Soviética) e por uma maioria dos membros junto aos EUA, que hospedam a principal sede da Organização em Nova Iorque.

O desastre humanitário da Segunda Guerra instigou os líderes das principais potências do mundo a capitanearem a criação de uma organização voltada a promover a paz e a impedir a eclosão de um novo conflito mundial. A Liga das Nações, criada em 1920 com esse mesmo objetivo (e extinta em 1946), havia fracassado ao carcer do apoio e da participação de importantes atores internacionais, como EUA, URSS e Alemanha (além da saída do Brasil em meio a tensões sobre sua estrutura em 1926). As Conferências de Dumbarton Oaks (1944) e de São Francisco (1945) gozaram de um renovado ímpeto antibélico, que propiciou a criação da organização que se torna septuagenária este ano.

A Organização das Nações Unidas é composta por seis órgãos principais: Assembleia Geral, Conselho de Segurança, Conselho Econômico e Social, Conselho de Tutela (com operação suspensa), Corte Internacional de Justiça e Secretariado. A Assembleia Geral é seu principal órgão deliberativo e o único com representação universal (os 193 membros participam), reunindo-se em setembro para sua sessão anual e debate geral. A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 foi proposta e votada nela. Já o Conselho de Segurança (CSNU) é responsável pela ma-

nutenção da paz e da segurança e é dotado de 15 membros, sendo cinco permanentes (com poder de veto) e dez rotativos (sem veto).

No que concerne ao funcionamento da organização ao longo do tempo, é importante lembrar que a bipolaridade da Guerra Fria levou à paralisação do Conselho de Segurança. No início dos anos 1990, o fim das tensões trouxe consigo renovado otimismo em relação às possibilidades do multilateralismo e dos arranjos de segurança coletiva. Esse sentimento, todavia, seria rapidamente solapado por uma desilusão crescente em relação às operações de paz e à incapacidade da ONU de responder de forma efetiva a crises, na esteira dos acontecimentos na Somália, na Bósnia e em Ruanda. Em 2001, os atentados de 11 de setembro foram o gatilho para o início de um período marcado pelo unilateralismo estadunidense, ilustrado pela invasão do Iraque sem a autorização do CSNU.

Apesar de suas falhas, a atuação da ONU foi bem-sucedida em diversas esferas ao longo dos anos. Pode-se destacar a importante contribuição no combate à fome por meio do Programa Mundial de Alimentos, que ajudou na mitigação ou superação da fome e na promoção da segurança alimentar em diversos países. O Alto Comissariado para Refugiados também vem demonstrando sua centralidade na assistência a pessoas em busca de refúgio ou asilo, já tendo ganhado dois prêmios Nobel. O Programa Conjunto da ONU sobre HIV e AIDS, por sua vez, tem papel central na defesa de ações globalmente coordenadas para o combate da epidemia. Ademais, a Unicef vem desempenhando função essencial na proteção de crianças em contextos de violência, guerra, desastres, fome etc.

Em 2005, durante o mandato de Kofi Annan, secretário-geral da ONU comprometido com a agenda de reforma, realizou-se a Cúpula Mundial, que sucedeu à Cúpula do Milênio, ocorrida cinco anos antes. Naquela, discutiu-se a reforma da ONU de maneira ampla, incluindo uma gama de órgãos e práticas. Entre seus resultados, destacam-se a criação de um órgão de direitos humanos mais efetivo, transfor-

mando a antiga Comissão em Conselho, e a criação da Comissão de Construção da Paz, órgão consultivo intergovernamental de apoio aos esforços de paz. Além disso, foram apresentadas diferentes propostas de alargamento, revisão de métodos de trabalho e aumento da transparência do CSNU.

É inegável que houve profundas mudanças no equilíbrio de forças entre os Estados desde 1945. Nesse sentido, a composição e a hierarquia do CSNU não refletem a atual distribuição de poder no sistema internacional. Em particular a partir do início do século XXI, diversos países vêm se manifestando favoravelmente a uma reforma capaz de torná-lo mais democrático, representativo, legítimo e eficaz. Não obstante, enquanto os membros permanentes se mostram majoritariamente reticentes a alterações no órgão, diferentes Estados reformistas discordam quanto ao modelo que essa reforma deve seguir.

No contexto da Cúpula Mundial de 2005, o agrupamento denominado G-4, composto por Alemanha, Brasil, Índia e Japão, apresentou um projeto de resolução que propunha a criação de seis novos assentos permanentes e quatro novos assentos não permanentes, sem uso de veto até a conferência de revisão a ser realizada após 15 anos. A União Africana encaminhou uma proposta semelhante ao do G-4, mas com mais um assento não permanente e a extensão do veto aos novos membros permanentes. Finalmente, o Grupo *Uniting for Consensus* ou *Coffee Club* (que reúne uma dezena de países), lançou um projeto de resolução que defendia a criação de dez novos assentos não permanentes.

O Brasil é membro fundador das Nações Unidas, tendo sido cotado para um assento permanente no Conselho de Segurança, segundo o livro de memórias do ex-Secretário de Estado estadunidense, Cordell Hull. Desde 1947, o país abre a sequência de discursos de mandatários e representantes dos Estados na Assembleia Geral, tendo sido representado na ocasião pelo então chanceler Oswaldo Aranha. A atuação brasileira na ONU se mostrou ativa ao longo do tempo, tendo o Brasil ocupado assento não permanente dez vezes, marca

em que só é alcançado pelo Japão. Ainda, das 69 operações de manutenção de paz realizadas pela Organização desde 1948, o país participou de 40. Atualmente, o comando militar das missões para o Haiti e para o Congo é exercido por militares brasileiros, e o mesmo ocorre para o comando naval da missão para o Líbano.

Levando em conta sua respeitável atuação nas Nações Unidas, o Brasil desenvolve, especialmente desde a década de 1990, um pleito por um assento permanente no Conselho de Segurança em meio às discussões sobre sua reforma. A defesa de tal mudança constou nas diplomacias dos governos Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, mas ganhou novo ímpeto durante a presidência de Lula e a chancelaria de Celso Amorim. A articulação com países do Sul e o diálogo com os do Norte gerou certo respaldo à posição brasileira. O Brasil tem se valido de sua atuação na ONU para difundir novas ideias sobre a governança global, tendo recentemente promovido resoluções sobre a privacidade na internet e proposto uma discussão no âmbito do direito humanitário: a responsabilidade ao proteger.

As Nações Unidas, apesar dos desafios que se impõem, se consolidaram enquanto principal fórum de articulação, negociação e diálogo dos Estados. No entanto, a sua atuação constituiu precisamente o resultado das contradições do sistema internacional, marcado por assimetrias de poder e desigual distribuição dos bens públicos mundiais, e por uma forte tensão entre uma visão realista e outra idealista sobre os limites e possibilidades de uma organização internacional. A sua renovação tem sido, certamente, estrangida por esses condicionamentos estruturais.

* Coordenador do PPG em Estudos Estratégicos Internacionais e professor do PPG em Ciência Política - UFRGS
**Mestranda do PPG em Estudos Estratégicos Internacionais - UFRGS
***Mestrando do PPG em Ciência Política - UFRGS



Além do Sistema Solar

Astronomia

Exoplaneta gêmeo de Júpiter pode indicar sistema planetário muito parecido com o nosso

Desde que Nicolau Copérnico sugeriu que a Terra não era o centro do universo, mas dava voltas em torno do Sol, que filósofos e cientistas suspeitam que existem outros planetas orbitando estrelas fora do nosso Sistema Solar. No entanto, até pouco mais de 20 anos, os exoplanetas não passavam de suposições. Hoje, já são mais de 2 mil planetas descobertos em cerca de 1.200 sistemas planetários, além de outras centenas de observações ainda não confirmadas.

A lista de exoplanetas, constantemente atualizada, teve em julho o acréscimo de um chamado planeta gêmeo de Júpiter, localizado por uma equipe de astrônomos, liderada pelo professor da USP Jorge Meléndez. O planeta descoberto orbita a estrela HIP 11915, muito parecida com o Sol em termos de idade, temperatura e massa, situada a 186 anos-luz do nosso sistema.

Como planetas brilham muito pouco, em geral os métodos de detecção dos exoplanetas não envolvem a obtenção de uma imagem direta, mas a observação de alterações que esses causam às estrelas que orbitam. Por exemplo, a sonda espacial Kepler da NASA, responsável pela identificação de mais de mil exoplanetas, monitorou milhares de estrelas, concluindo que a diminuição periódica do brilho delas só poderia ser causada pela passagem de um planeta.

Já o gêmeo de Júpiter foi descoberto utilizando um telescópio de 3,6 metros localizado no Chile, do Observatório Europeu do Sul (ESO, na sigla em inglês), organização da qual o Brasil faz parte. O instrumento responsável pela busca, HARPS (acrônimo para Buscador de Planetas por Velocidade Radial de Alta Precisão, em inglês), usa o método de detecção Espectroscopia Doppler que, simplificada, consiste em analisar alterações na velocidade da estrela causadas pelos planetas, por meio da observação do efeito Doppler no espectro da estrela. O HARPS tem a limitação de ser capaz de detectar apenas variações de 1m/s, o que faz com que seja possível encontrar somente planetas gigantes. Para identificar planetas do tamanho da Terra seria necessário um instrumento com precisão de centímetros por segundo, o que, conforme o professor do Instituto de Física

da UFRGS, Alan Alves Brito “está sendo construído pelo ESO e deve estar disponível para a comunidade científica nos próximos cinco ou dez anos”.

O que buscamos – Alan faz parte do projeto que descobriu esse planeta e conta que o trabalho consiste em analisar a abundância química – medida da proporção de cada elemento químico existente nos sistemas estelares – de 88 estrelas gêmeas ao Sol e relacionar à existência de planetas. “Já publicamos o resultado da detecção do planeta, agora, vamos analisar a abundância química da estrela”, afirma o docente. “Queremos fazer a conexão entre a abundância química da estrela hospedeira e a do planeta que a gente descobre”.

Estrelas e planetas extrassolares estão tão distantes e hoje são tão inalcançáveis que, para alguns, pode parecer absurdo se gastar

tempo e dinheiro na pesquisa desses astros. Entretanto, para o pesquisador do Observatório Nacional, Marcelo Borges, o que move o estudo astronômico são principalmente perguntas filosóficas fundamentais: “De onde viemos?”; “Para onde vamos?” e

Copérnico nos tirou do centro, mas sempre tentamos nos recolocar lá

“O que somos?”. Conhecer outros sistemas planetários nos ajuda a entender não apenas o restante do universo, como também a compreender como o nosso Sistema Solar foi formado, como funciona

e o que vai ocorrer pelos próximos milhares (milhões, bilhões) de anos. Alan conta que, com as recentes descobertas de sistemas planetários, muito do que se usava para explicar o Sistema Solar foi confrontado. “Sabemos que a nossa teoria está limitada”, afirma o professor, complementando que a teoria que explica o nosso sistema solar não dá conta do que se observa fora dele, pelos resultados da missão Kepler.

Alan também ressalta que “não é ficção científica a ideia de que um dia teremos de abandonar a Terra”. Sabe-se que o nosso planeta está hoje na chamada zona habitável do Sol – região em que é possível a existência de água em estado líquido – mas que, em uma escala de muitos milhões de anos, estará fora. “Caso não tenhamos destruído a Terra até lá, a gente vai ter que buscar outro planeta”.

O docente da UFRGS coloca a procura por exoplanetas como

uma extensão da Revolução Copernicana. “Copérnico nos tirou do centro, mas o ser humano sempre tenta se recolocar lá... Será que estamos sozinhos no Universo? Estamos no centro do Universo? Será que esse Universo imenso de 100-200 bilhões de estrelas em 100-200 bilhões de galáxias é só para a gente contemplar?”

Marcelo também acredita que o que mais move a procura por planetas fora do Sistema Solar é a busca por vida. Mas como conhecemos apenas uma forma de vida, a existente na Terra, a investigação por vida fora do Sistema Solar acaba sendo uma caça por planetas que contenham os mesmos elementos fundamentais para a vida em nosso planeta.

Estrelas e planetas gêmeos – Daí a importância de se sondar a existência de planetas parecidos com o nosso. O pesquisador do Observatório Nacional tem um projeto que analisa uma parcela dos astros “tipo-Terra” descobertos pela missão Kepler, examinando informações de sua atmosfera a fim de “determinar condições físicas dos exoplanetas e ver a possibilidade deles serem astrobiologicamente favoráveis, isto é, oferecerem condições à vida, ou não”.

Outra busca constante dos astrônomos é por sistemas estelares semelhantes ao nosso, não só em relação ao tamanho, temperatura e massa da estrela, como também em relação à composição dos planetas. Por isso a preocupação do projeto de Alan com a abundância química. “Tem alguns elementos que encontramos no Sol e na Terra e queremos fazer a conexão entre a abundância química da estrela hospedeira e do planeta que a gente descobre”.

A recente descoberta ganha ainda mais relevância se considerada a importância que Júpiter tem na formação do Sistema Solar, conforme as teorias mais aceitas. Por sua grande massa, o planeta gigante seria fundamental para o balanço da gravidade e formação, tanto dos planetas internos quanto externos. “O nosso achado, é até mais importante do que essa super-Terra descoberta pela missão Kepler”, afirma Alan, em referência ao Kepler-452 b, cuja identificação foi anunciada na mesma semana que o gêmeo de Júpiter, e completa: “Temos um gêmeo de Júpiter em torno de uma estrela gêmea do Sol. Então, em princípio, esse sistema é muito mais próximo do nosso Sistema Solar do que a recente descoberta da missão Kepler”. Segundo a nota de divulgação do ESO, ainda são necessárias mais observações, mas a estrela HIP 11915 seria, até agora, “uma das mais promissoras candidatas a abrigar um sistema planetário semelhante ao nosso”.



O telescópio de 3,6 metros do ESO, em La Silla, na região chilena de Coquimbo, usado na descoberta

Antônio Assis Brasil,
aluno do 6º semestre de
Jornalismo da Fabico



Uma Coreia que resiste

PAULO VISENTINI / ARQUIVO PESSOAL



Monumento dos trabalhadores na capital Pyongyang

Política

Livro traz relato de viagem de pesquisadores ao país mais isolado do mundo

Jacira Cabral da Silveira

Na contramão de uma literatura que apresenta a Coreia do Norte como um país integrante de um eixo do mal, o último volume da coleção *Revoluções do Século XX* da Editora Unesp, lançado no início deste ano, busca desmistificar essa imagem caricaturizada. Por meio de uma pesquisa que consultou mais de 80 títulos de referência, somados às impressões de uma viagem de dez dias à península que há sete décadas vive em estado de guerra, o livro *A Revolução Coreana – o desconhecido socialismo Zuche* traz o resultado do trabalho de Paulo Fagundes Visentini, Analúcia Danilevicz Pereira e Helena Hoppen Melchionna, pesquisadores ligados ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da UFRGS.

A obra está organizada em sete capítulos abordando primeiramente as origens da Revolução Coreana, passando pela análise da cisão sino-soviética até a aliança sino-americana e encerrando com uma reflexão atual a respeito da defesa, da economia e da moderni-

zação da sociedade norte-coreana.

Analúcia diz que o maior desafio foi produzir uma obra que mostrasse objetivamente o que foi a revolução coreana, “fugindo da visão mais comum – presente também no meio acadêmico – que traz uma imagem estereotipada”, assinala a docente, acrescentando que “houve o compromisso de mostrar a Coreia do Norte a partir de uma pesquisa histórica e da análise das diferentes conjunturas”.

Com relação à viagem que o grupo de pesquisadores fez ao país em julho de 2014, a pesquisadora afirma que a possibilidade de investigação *in loco* permitiu qualificar as análises realizadas.

Entre potências – A Coreia do Norte é um pequeno país encravado entre grandes potências: China, Japão, Rússia e Estados Unidos. Este último, embora geograficamente distante, ocupou o sul da Coreia em 8 de setembro de 1945, trazendo Syngman Rhee para formar um governo apoiado nos notáveis que haviam colaborado com o Japão durante os longos anos de domínio japonês em território coreano. Enquanto isso,

no norte, manteve-se a República Popular, liderada pelo jovem comunista Kim Il Sung. República essa proclamada dois dias antes do desembarque norte-americano, como resultado de assembleia dos Comitês Revolucionários criados em todo o país a partir dos movimentos de resistência.

Socialismo Zuche – Ao longo da obra, há permanente referência a um sistema *socialista* que se apresenta como socialmente inclusivo e igualitário, apesar dos privilégios da elite dirigente: “Afinal, o marxismo não possui apenas um viés ocidental e, inclusive, avançou e evoluiu mais nas regiões coloniais e semicoloniais”, justificam.

Na avaliação dos autores, essa forte concepção de nação foi o fator que permitiu a construção de uma sociedade ímpar: “A ideia Zuche nasceu como uma tese específica da revolução coreana, que, ao considerar o povo como o céu, confere ao esforço coletivo a capacidade de não apenas alcançar a independência, mas de resistir às dificuldades e às provações com dignidade e honra”. Foi com esse espírito, argumentam os autores,

que os coreanos combateram os japoneses, resistiram à guerra imposta pelos Estados Unidos e sobreviveram à sanções imediatas ao pós-Guerra Fria.

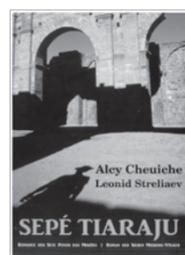
Recordando a forte impressão que causou a convivência entre os norte-coreanos durante a missão brasileira à região, Analúcia explica: “Foge à nossa compreensão porque nunca vivemos a expe-

riência de guerras permanentes. Essa é uma sociedade acostumada à guerra, cujo nacionalismo está ligado fundamentalmente à experiência da agressão externa. Isso justifica essa população orgulhosa daquilo que logrou manter e de como conseguiu se desenvolver nesse cenário. E as conversas com os norte-coreanos comprovam isso”, conclui a docente.

Epopeia datada

Sepé Tiaraju – Romance dos Sete Povos das Missões

Alcy Cheuiche e Leonid Straliaev | Porto Alegre: AGE Editora, 2015
295 páginas | R\$ 80 (valor médio)



Na recente edição que vem à luz, o romance de Alcy Cheuiche, datado de 1975, vem acompanhado da versão do texto em alemão – originalmente realizada por Helmut Burger em 1996 – e das bonitas imagens produzidas por Leonid Straliaev. São suas fotografias que imprimem uma novidade ao já conhecido texto que busca construir a figura de um herói a partir do personagem histórico Sepé Tiaraju. A publicação de capa dura é vistosa e de boa qualidade, fartamente ilustrada e colorida. Por outro lado, gera certo estranhamento a quem percorre o livro a ausência de sujeitos e movimentos nas imagens, as quais se ancoram mais no jogo de luzes e sombras, talvez em alusão ao barroco das figuras sacras retratadas. O desprovidimento de pessoas reais, por sua vez, condiz com o anacronismo romântico da epopeia construída por Cheuiche, que, para alcançar a idealização, precisa fugir da realidade. É totalmente compreensível o espírito bem intencionado da obra, que quer estar junto da luta por dignidade e sobrevivência das minorias raciais, como apontam os autores na dedicatória. No entanto, para chegar a isso servem-se ainda de uma lógica colonial; por mais que almejem a simpatia aos povos originários, ainda é a partir do ponto de vista do colonizador que o fazem. É este fator que coloca o livro “fora do tempo”, já que vivemos uma realidade em que abundam iniciativas que favorecem a autodeterminação conceitual dos povos indígenas, como as nomeia o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, o que vem atestado por inúmeras produções de qualidade advindas de diferentes artistas provenientes dessas etnias, seja na literatura, com Kaká Werá Jecupé, para citar apenas um, seja na fotografia, como, por exemplo, Vherá Poty e Danilo Christidis (atualmente em exposição no Museu da UFRGS). Portanto, temos de ler o romance cientes de que esta é uma narrativa folclórica tributária do pensamento de um período determinado. (Felipe Ewald)



A revolução coreana: o desconhecido socialismo Zuche

Paulo Visentini
Analúcia Danilevicz Pereira
e Helena Hoppen Melchionna

São Paulo: Editora Unesp
Coleção: Revoluções do Século 20
2014 | 200 páginas
R\$ 25 (valor médio)



O senhor dos filmes

Richard Peña Programador de cinema de Nova York fala sobre sua experiência

Jacira Cabral da Silveira

Durante 25 anos Richard Peña dirigiu o Festival de Cinema de Nova York, uma das mais importantes iniciativas no contexto cultural dos Estados Unidos. Entretanto, conforme o curador, na primeira edição, ocorrida em 1963, o cinema ainda não era considerado uma arte. “Mas, à medida que entrou para o calendário de eventos da cidade, conquistou uma importância que nunca gozou antes, transformando-se na porta de entrada para o cinema mundial”.

A atividade é realizada anualmente no Lincoln Center, onde Richard também atuou como programador da *Film Society*, uma renomada organização de apresentação cinematográfica. Hoje, dedica-se exclusivamente à atividade de professor de cinema na Universidade Columbia. Em agosto, Richard esteve em Porto Alegre participando de uma série de encontros e ministrou um workshop na Sala Redenção, ocasião em que falou à reportagem do JU. Ter estudado português durante sua graduação e ter vivido por seis meses no Brasil entre os anos de 1974 e 75, resultou na apropriação do idioma e no surgimento de muitas amizades, além de uma aproximação especial com o cinema brasileiro.

Qual é o perfil do público que frequenta o Festival de Cinema de Nova York?

Depende da programação. Ninguém acredita mais naquele mito de que havia só um público. A chegada da produção asiática nos anos 90 criou outro espectador, que talvez não fosse o mesmo das obras francesas ou italianas. Cada filme tem o seu público. Em geral, quem frequenta o Festival são pessoas super-informadas e que vão lá porque querem ser desafiadas, procuram algo especial. Não chegam a ser cinéfilos, mas é gente que conhece muito bem a sétima arte.

É conhecida a resistência do americano com relação à produção de outros países.

O interesse pelo cinema estrangeiro começou depois da Segunda Guerra Mundial, sobretudo com o neorealismo italiano, que foram os primeiros filmes a entrar num circuito um pouco mais popular, de públicos maiores, e não aqueles pequenos grupos dos anos 30. Depois disso, entre 1945 e os anos 70, houve um grande interesse pelo cinema internacional. Em comparação a Hollywood talvez não, mas em 1965, por exemplo,

10% dos ingressos vendidos nos EUA eram comercializados para filmes não em inglês. Entretanto, dentro disso tem algumas produções italianas que eram hollywoodianas. *Il gattopardo* (1963), por exemplo, aquela obra maravilhosa do Visconti, foi produzido pela Fox. Houve ainda um momento em que Hollywood empregou realizadores estrangeiros para trabalhar não apenas em projetos americanos, mas também de outros países. Esse foi um grande período, mas depois, nos anos 70, esse interesse começou a cair. É uma coisa complicada de explicar, mas tenho uma teoria: com a Guerra do Vietnam, os americanos rejeitaram qualquer coisa estrangeira que quisesse se firmar entre eles, voltando a um pensamento conservador cujo ídolo foi [Ronald] Reagan. Podemos imaginá-lo vendo um filme legendado? Acho que a primeira obra com legendas que o George W. Bush viu foi *A paixão de Cristo*. Ou seja, você tem outra turma servindo de modelo para o resto do país. Morando em Nova York você não sente isso, talvez porque 60% da venda que um filme pode alcançar nos Estados Unidos acontece naquela cidade, porque lá existem mais possibilidades, e também um ambiente para cinema bastante favorável. Mas fora de Nova York isso desaparece.

E como é a circulação do cinema latino-americano, especialmente o brasileiro?

Não é o que deveria ser, quando você pensa que 18% da população estadunidense é de hispano-falantes e que esse público está crescendo. Com uma cifra como essa você pode imaginar que teríamos, pelo menos nas grandes cidades, um ou dois cinemas dedicados aos latino-americanos, mas essa não é a realidade. Há filmes que têm sucesso como *Relatos selvagens*, mas não existe uma presença contínua. Sempre discutimos que um dia esse gigante adormecido vai acordar e o público para o cinema espanhol crescerá muito, e com isso todo o cinema hispano-americano vai ingressar no mercado dos EUA. Esse dia ainda não chegou. Quanto aos filmes brasileiros, acho que o último com repercussão junto à crítica foi *O som ao redor*, do Kleber Mendonça. Um trabalho respeitado, que as pessoas gostaram muito.

Como avalia a produção cinematográfica brasileira ao longo desses anos?

É uma coisa impressionante a quantidade de filmes que estão fazendo agora. Impressionante, mas, ao mesmo tempo perigosa, porque no Brasil não existe mercado para essa produção de 150 lançamentos por ano. Você pode dizer a mesma coisa da França, que vai chegar a 300 filmes anuais, mas aquele é o país mais cinéfilo do mundo. Só que em uma democracia não se pode controlar, nem proibir, sem contar que muitos estão fazendo filmes com recursos próprios. Outra

coisa interessante é a emergência de vários polos de cinema, diferentemente do que ocorre na Argentina, onde a produção cinematográfica concentra-se em Buenos Aires. No Brasil existe o cinema gaúcho, o pernambucano, o mineiro...

Qual o desafio de um programador em uma época abundante em tecnologias e de grande proliferação de filmes?

Não há uma fórmula. Podemos relacionar a arte da programação com o que se diz em artes plásticas: específico para um lugar. A primeira coisa que um programador tem de fazer é conhecer o público, o que ele quer, o que ele precisa ou o que você pensa que ele precisa. Existem filmes que apresentamos em Nova York que não se poderia apresentar aqui. Não conheço o brasileiro, mas conheço muito bem o público carioca, por exemplo, e acho que eles não estão preparados, não têm formação para aceitar o que se vê em Nova York. Tudo isso é

um trabalho, você tem de conhecer bem o público antes para só então pensar em que tipo de coisa precisa: vamos criar um festival com os melhores do mundo ou algo mais panorâmico com filmes iranianos, africanos, etc. Para mim é uma atividade bastante ligada à educação, que requer um conhecimento da história do cinema, uma forma de apresentar aquela história e também uma visão ampla da produção que está sendo feita hoje em dia.

Como percebe a relação do espectador com o filme?

Depende muito do espectador, que não é alguém que esquece toda a sua vida quando entra no cinema. Ele tem sexo, classe social, religião, orientação política. Há pessoas que acham que vão ao cinema só para esquecer o mundo. Mas quem diz isso são os que só vão para confirmar a visão do mundo que já têm. Outros vão para serem desafiados, para ver coisas que talvez não façam sentido na visão de mundo

que eles já possuem. Para mim essa é uma coisa que perdemos: o cinema antes era uma aventura, você ia para encontrar coisas que não conhecia. Agora, com tantas séries, tantos Batman 6, Batman 7, você já sabe o que vai receber. É como a estratégia do McDonalds, onde você entra sabendo exatamente o que vai comer. O cinema de Hollywood, com todas aquelas séries, dá ao público algo que ele já conhece. Para mim esse é o trabalho do programador. Ele tem de apresentar as coisas diferentes. E se você observar a história dessa função foi sempre uma atividade de oposição. Os primeiros filmes exibidos nos cineclubes dos anos 20 eram feitos em oposição ao domínio do cinema hollywoodiano que já estava bem estabelecido. Era uma forma de resistência, e toda a trajetória da programação é ligada a uma ideia de reação ao modelo comercial e estético de um cinema que continua dominando o mundo.



FLAVIO DURRA/JU



DESTAQUE



Para estar mais próximo

Música

Esse é o objetivo de Kleiton e Kledir em circuito de oficinas de MPB em universidades

Eles estarão na UFRGS nos dias 14 e 15 deste mês, no primeiro encontro ministrando oficina de MPB e no segundo dia realizando show no Salão de Atos da Universidade. Além das canções do *Com todas as letras*, novo disco de Kleiton e Kledir, a dupla chamará ao palco participantes do curso para, juntos, cantarem a música produzida coletivamente durante a aula. A mesma proposta será levada à PUCRS, ULBRA e Unisinos.

A ideia desse projeto, que reúne oficina e show, levando a discussão sobre a música popular brasileira às universidades, nasceu do desejo de responder a uma lacuna que até poucos anos existia na formação musical em nosso país no que se refere à MPB. “Quando estudamos música

e regência só tivemos aula de obras eruditas,” contextualiza Kledir. Hoje, independentemente das inovações de alguns currículos como o da UFRGS que já possui um Bacharelado em Música Popular, os irmãos não resistem à “vontade de dividir um pouco tudo que a vida nos tem ensinado,” completa. Ao final da oficina, os participantes poderão levar para casa um CD com a gravação da música composta em grupo.

Música compartilhada – Ainda que a iniciativa tenha o foco no meio universitário, buscando maior aproximação com os estudantes, os músicos gaúchos já realizaram atividade semelhante em outros lugares. Kledir lembra a oficina que promoveram no morro Canta Galo, no Rio de Janeiro, para crianças e jovens, dentro do projeto Criança Esperança. Entusiasmado, ele diz que o resultado foi belíssimo sob vários aspectos. Primeiramente porque aquelas crianças e jovens experimentaram pela primeira vez a elaboração e execução de uma canção coletiva e, em segundo lugar, pelo fato de terem finalizado a experiência cantando em pleno Canecão com os dois artistas consagrados. “Foi uma cena muito bonita e gratificante que tivemos com

esse projeto,” lembra Kledir, referindo-se à atitude dos seus alunos que contrariaram uma liminar judicial que proibia que eles subissem ao palco: “Só que eles levantaram [de seus lugares na plateia] e cantaram junto com a gente”.

O álbum *Com todas as letras* é uma homenagem ao escritor Caio Fernando Abreu que aceitou o desafio dos amigos de escrever uma letra para que eles musicassem. Mais tarde, conversando com o professor Luís Augusto Fischer, surgiu a ideia de elaborarem um disco com a parceria de outros escritores. Assim foram convidados os escritores: Luis Fernando Verissimo, Martha Medeiros, Fabrício Carpinejar, Leticia Wierzchowski, Daniel Galera, Paulo Scott, Claudia Tajés, Alcy Cheuiche e Lourenço Cazarré. Todos, de certa forma, assim como os alunos da oficina de MPB, subirão ao palco com Kleiton e Kledir.

O show do dia 15, sábado, terá início às 20h, no Salão de Atos da Universidade. A atividade é gratuita e as senhas de entrada serão distribuídas a partir de 8 de setembro no mezanino do Salão (Av. Paulo Gama, 110), das 9h às 18h. A oficina teve inscrição até o dia 3 de setembro com destinação especial para estudantes.

CINEMA

Em Cartaz

Mostra na Sala Redenção realizada em parceria com o SESC/RS, que apresenta filmes de várias épocas e nacionalidades. Entrada franca.

HELI
(México, 2013, 105 min), de Amat Escalante
Sessões: 14, 15 e 16 de setembro, 16h; 17 e 18 de setembro, 19h

A GRANDE BELEZA
(*La grande bellezza*, França/Itália, 2013, 142 min), de Paolo Sorrentino
Sessões: 14, 15 e 16 de setembro, 19h; 17 e 18 de setembro, 16h



E SE VIVÉSSEMOS TODOS JUNTOS?
(*Et si on vivait tous ensemble?*, Alemanha/França, 2011, 96 min)
Sessões: 21 e 24 de setembro, 16h; 25 de setembro, 19h

A CRIANÇA
(*L'enfant*, Bélgica/França, 2005, 95 min), de Jean-Pierre Dardenne e Luc Dardenne
Sessões: 21 e 22 de setembro, 19h; 29 e 28 de setembro, 16h



MISS VIOLENCE
(Grécia, 2013, 98 min), de Stéphane Robelin
Sessões: 22 e 28 de setembro, 19h; 23 e 30 de setembro, 16h

EXPOSIÇÃO



Unifoto

LIVROS RAROS
Exposição da Coleção Eichenberg de Livros Raros da Biblioteca Central da UFRGS que marca o encerramento do Projeto de Conservação do Acervo Raro da Universidade.
Visitação: até 18 de setembro
Local e horário: saguão da reitoria, das 8h às 18h
Entrada franca

VIAS MORTAS
Detalhes de locais abandonados da Porto Alegre são registrados por Giovanna Pozzer.
Visitação: 21 de setembro a 23 de outubro
Local e horário: saguão da reitoria, das 8h às 18h
Entrada franca

Os Guarani Mbyá

Vherá Poty e Danilo Christidis mostram o cotidiano de aldeias guarani no RS.
Visitação: até 27 de setembro
Local e horário: Museu da UFRGS, de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h
Entrada franca

Através da Imagem: Fotografia como Arte Contemporânea

Mostra organizada pelo PPG em Artes Visuais da UFRGS em parceria com o Curso de Artes Visuais da UERGS. A exposição tem curadoria de Mariane Rotter e reúne trabalhos de Carla Borba, Daniele Marx, Dione Veiga, Elaine Tedesco, Glaucis de Moraes, Juliana Angeli, Klaus W. Eisenlohr, Luciane Bucksdricker, Marcelo Chardosim, Maria Ivone dos Santos, Mariana Silva da Silva e Patrícia França-Huchet. Também participa a artista catarinense Fabiana Wielewick.
Visitação: até 25 de setembro
Local e horário: Pinacoteca Barão de Santo Ângelo, das 10h às 18h
Entrada franca

Presença da Pinacoteca Barão de Santo Ângelo

Exposição de obras do acervo da Universidade que recupera sua importância enquanto coleção pública. Idealizada pelo Instituto de Artes e Departamento de Difusão Cultural da UFRGS. Curadoria de Blanca Brites e Paulo Gomes.
Visitação: até 19 de dezembro
Local e horário: Salão de Festas da reitoria, das 10h às 18h
Entrada franca

TEATRO

TPE 2015

Mostra de trabalhos produzidos por estudantes do curso de Teatro do Instituto de Artes da UFRGS.



SOLQUEGIRA.DOC
A montagem, inspirada na vida e obra de Lydia Francisconi, autora do livro *O Sol que gira*, traz à cena uma mulher em busca da realização de seus sonhos.
Datas: 2, 9, 16, 23 e 30 de setembro
Local e horários: Sala Alzira Azevedo, às 12h30 e às 19h30
Haverá distribuição de senhas para ingresso com 1h de antecedência
Entrada franca.

ONDE?

► **Auditório do ILEA**
Bento Gonçalves, 9.500
Fone: 3308-7149

► **Auditorium Tasso Corrêa**
Senhor dos Passos, 248
Fone: 3308-4318

► **Pinacoteca Barão de Santo Ângelo**
Senhor dos Passos, 248
Fone: 3308-4302

► **Sala Alzira Azevedo**
Salgado Filho, 340
Fone: 3308-4318

► **Sala Redenção**
Luiz Englert, s/n.º
Fone: 3308-3933

► **Salão de Atos**
Paulo Gama, 110
Fone: 3308-3933

► **Museu da UFRGS**
Oswaldo Aranha, 277
Fone: 3308-3390

ESPECIAL

Habitação e Metrópole

O ILEA e o Observatório das Metrópoles convidam para o lançamento do livro *Habitação e Metrópole: representações e produção na cidade em disputa*, organizado pelos professores Álvaro Heidrich, do Instituto de Geociências da UFRGS, e Rosetta Mammarella.
Data: 17 de setembro
Local e horário: auditório do ILEA, às 14h
Entrada franca



AULA-ESPETÁCULO COM VITOR RAMIL

Show conversado em que o compositor percorrerá toda a sua discografia. Mediação de Flávio Azevedo.
Data: 3 de outubro
Local e horário: Salão de Atos, às 20h30

NósOutros Gaúchos

O projeto programou dois eventos especiais para o próximo mês. Informações sobre ingressos pelo telefone 3308-3034.

CONCERTO RENATO BORGHETTI E FÁBRICA DE GAITEIROS

Espectáculo que também terá a participação dos músicos Daniel Sá (violão), Pedrinho Figueiredo (flautas e sax), Vítor Peixoto (teclados) o projeto apresenta artistas de diversos estilos musicais.
Data: 3 de outubro
Local e horário: Salão de Atos da UFRGS, 11h

EDUARDO ISAAC E OSPA
Datas: 22 de setembro
Local e horários: Salão de Atos da UFRGS, 20h30

DUO A CORDA E MARCELLO CAMINHA
Datas: 23 de setembro
Local e horários: Auditório Tasso Corrêa, 20h

YAMANDÚ COSTA E LUCIO YANEL
Datas: 24 de setembro
Local e horários: Salão de Atos da UFRGS, 20h



THIBAUT CAUVIN E EDELTON GLOEDEN
Datas: 21 de setembro
Local e horários: Auditório Tasso Corrêa, 20h

MÚSICA

VII Festival de Violão da UFRGS

Evento reúne expoentes do violão. A programação detalhada, com palestras e oficinas em www.ufrgs.br/artes/extensao/musica. Todos os recitais têm entrada franca.

TRIO MADEIRA BRASIL
Datas: 19 de setembro
Local e horários: Salão de Atos da UFRGS, 20h

DANIEL WOLFF, PAULO INDA E DAMAS DO VIOLÃO
Datas: 20 de setembro
Local e horários: Auditório Tasso Corrêa, 20h

Meu Lugar na UFRGS

Muito além do jardim

“Tá vendo ali? Tem coisa mais bonita que isso?”, aponta Elton Andrade para a fenda da árvore onde se abriga uma colmeia de abelhas-mirim. “Eu sento aqui, analiso e me fascino pelo fato de existir um ser tão pequeno que trabalha noite e dia, inverno e verão, e produz algo como o mel”, comenta de um dos bancos do acanhado jardim que adorna a entrada da Prefeitura do Câmpus Centro, setor onde trabalha há dez anos e se tornou seu lugar especial na Universidade.

Funcionário da UFRGS há 26 anos, Elton está desde 2005 no Centro, onde é o jardineiro responsável pela manutenção de todas as plantas, tanto nos espaços exteriores quanto nos interiores. O trabalho com jardinagem começou ainda na adolescência em Gravataí, sua cidade natal, pela necessidade de auxiliar no sustento da família. Seu pai, que era funcionário público vinculado ao Ministério da Saúde, entrou em falência por conta do armazém que possuía. Elton e seu irmão tiveram então de trabalhar cortando a grama dos vizinhos, além de coletar ossos, vidro e cobre. “Meu pai pegou uma caixa de madeira, um motorzinho de refrigeração e uma lâmina de serrote e construiu, em casa mesmo, uma máquina de cortar grama. Assim, passamos a oferecer o serviço na vizinhança” relembra.

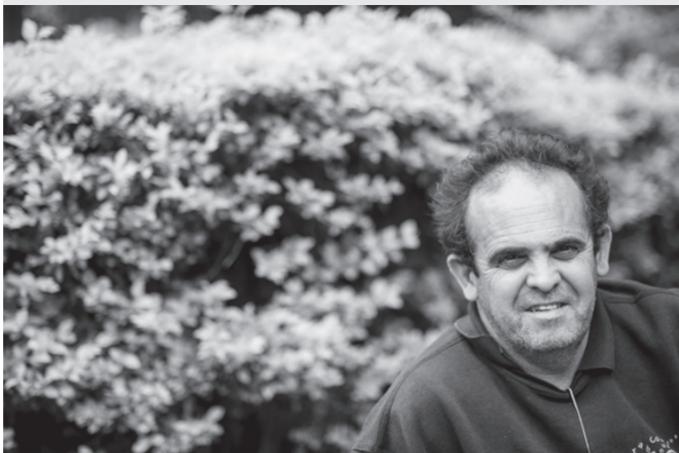
Com a aposentadoria do pai, a família se mudou para Imbé, onde o jardineiro vive até hoje. No município litorâneo seguiu trabalhando com o corte de gramas e foi ali que teve início sua relação com a Universidade. “Comecei a trabalhar na residência de um casal de engenheiros agrônomos da UFRGS – onde sigo até hoje. Então, conheci pessoas da Universidade, entre elas a professora Norma Würdig, para quem passei a prestar serviço”. Foi Norma que, em 1989, ofereceu a Elton um emprego de funcionário no Centro de Estudos Costeiros, Limnológicos e Marinhos (Ceclimar), órgão situado em Imbé e vinculado ao Instituto de Biociências da

Universidade. Em 1996, foi transferido para a Colônia de Férias, no município vizinho de Tramandaí, e teve suas atribuições ampliadas, passando a desempenhar também outras funções, como motorista e responsável pela manutenção da piscina, além da jardinagem.

Em 2005, Elton foi transferido para o Câmpus Centro, iniciando um cotidiano que o acompanha até hoje. Mesmo com a mudança para Porto Alegre, o jardineiro segue residindo no balneário de Albatroz, em Imbé; encarando, de segunda a sexta, uma rotina de duas horas e vinte minutos para ir e voltar do trabalho. “Acordo todos os dias às 5h30, tomo um banho, um café, me visto e quinze minutos para as 7 horas estou na parada para pegar o ônibus para cá. Executo meu serviço e às 17h30 estou na rodoviária para pegar a condução de retorno”, conta Elton, que não cogita em retornar para o Ceclimar ou pedir transferência para o Câmpus Litoral: “Logo que soube da construção do Câmpus em Tramandaí pensei em ir para lá, mas acho que ainda não é o momento. Gosto muito do meu ambiente de trabalho: a chefia é boa, assim como o convívio com os colegas. Temos um diálogo franco e, por isso, tudo funciona muito bem”. Desde março deste ano, ele é o único responsável pela função, devido ao falecimento de Wilson, que foi seu colega nos últimos seis anos. O contato com a natureza, contudo, faz com que o jardineiro não se sinta sobrecarregado. “Tem pessegueiro, pé de ameixa com fruta, pé de nozes, fruta do conde, pé de jabuticaba, ... Tudo isso tem aqui dentro e essa relação com a natureza faz tudo valer a pena”.

João Pedro Teixeira,
aluno do 7º semestre
de Jornalismo da Fabico

Esta coluna é uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas serão exibidos no Canal 15 da NET diariamente às 20h e às 23h.



Você tem o seu lugar na UFRGS?

Então escreva para jornal@ufrgs.br e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local

Perfil

Do campo à sala de aula



FOTOS: FLÁVIO DUTRA/JU

Aino Jacques Professor Emérito tem história ligada à produção rural

É com um misto de admiração e entusiasmo que, entre um mate e outro, Aino Jacques fala dos Campos de Cima da Serra, onde nasceu e cresceu. O recém-nomeado Professor Emérito da UFRGS é originário de André da Rocha, município mais ao sul desse pedaço de terra no nordeste gaúcho.

Na infância rural pode-se encontrar a raiz que marcou uma trajetória ligada ao estudo da pecuária e do campo. Aino cresceu na propriedade, que é parte da herança que atualmente constitui o Sítio do Pinheirinho, de sua posse até hoje. Antes uma das maiores fazendas da região, a área sofreu uma “reforma agrária natural”, nas palavras do docente. “Meu avô, o Coronel Firmino Viera Jacques, foi ótimo agricultor, tanto que conseguiu ampliar em muito a sua fazenda, mas o fato de ter 18 filhos obrigou-o a dividir as terras da propriedade ainda em vida”. O patriarca, pioneiro na criação do gado Devon na região, é apontado como uma grande influência para o gosto pelo trabalho no campo. “Eu tinha seis anos de idade quando meu avô faleceu, mas foi uma importante inspiração para mim. Por pressão de amigos ele se envolveu com a política, mas seu foco maior sempre foi a lida no campo.”

Já seu pai, que por problemas de visão foi afastado da atividade rural, e se mudou para Porto Alegre para estudar, tinha vocação para o comércio e adquiriu fascínio pela educação. “Ele foi o único dos irmãos que teve oportunidade de estudo além do ensino elementar. Isso fez com que valorizasse muito a educação. O ensino começava em casa. Tanto que eu e meus irmãos entramos na escola alfabetizados e com noções de matemática”. Depois de concluir o ensino primário

em André da Rocha e o ginásio em um internato em Veranópolis, aos 14 anos Aino foi morar com outros dois irmãos mais velhos em Curitiba, onde frequentou o ensino colegial noturno, enquanto trabalhava durante o dia em uma distribuidora de produtos farmacêuticos. Quando concluiu o curso científico, foi transferido para Porto Alegre, onde funcionava a matriz da empresa. “Após quatro anos sem estudar, ingressei na Faculdade de Agronomia da UFRGS em 1960. Meus empregadores tentaram me convencer a permanecer trabalhando para eles, mas era muito forte a vontade de voltar a pegar os livros”, conta.

Vocação para o ensino – Logo ao concluir a graduação, recebeu o convite para permanecer na Universidade como pesquisador do hoje extinto Instituto de Estudos Forrageiros. Dois anos mais tarde, ingressou na primeira turma de mestrado da Agronomia. Estava concluindo o doutorado na Universidade de Wisconsin (EUA) quando houve a reforma universitária de 1970, que desmembrou as faculdades de Agronomia e Veterinária – que até então formavam uma única unidade de ensino – e instituiu os departamentos. Ao retornar, assumiu como auxiliar de ensino e teve seu primeiro contato com a docência. “O que me atraía era a possibilidade de fazer pesquisa, que era algo com o qual eu me identificava”, relembra Aino, que como pesquisador atingiu o nível mais alto do CNPq. “Porém, com o correr do tempo ficou claro para mim a importância do ensino. O contato com os alunos é bastante enriquecedor. Todo ano entra um contingente imenso de jovens vindos de todas as partes do estado e do país; cada um com suas experiências e seus costumes. Lidar com isso é uma experiência riquíssima.”

Um ponto de contato importante com os alunos foi seu Sítio do Pinheirinho, que ainda hoje serve para “Dias de Campo” e aulas práticas, oportunidade em que Aino recebe produtores, estudantes e pesquisadores

para conversar sobre pastagens e produção animal. Desde que assumiu a propriedade, em 1965, Aino nunca queimou um palmo de campo e que sempre foi contra essa prática, mesmo quando não tinha conhecimento técnico sobre o assunto. Essa convicção, porém, resultou em alguns aborrecimentos. “Eu era uma ilha. Na época, todos queimavam, inclusive meus familiares e amigos. Foi uma luta, mas felizmente é algo que, aos poucos, está mudando”, relata.

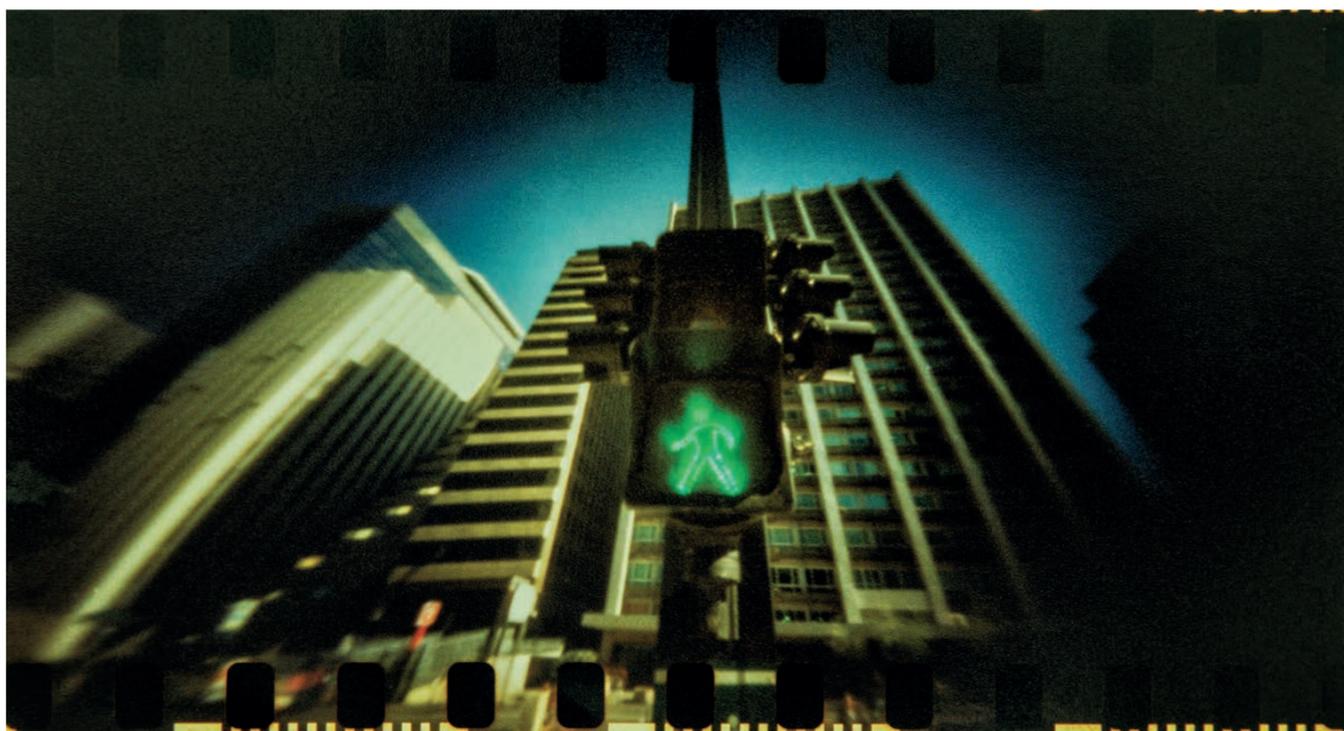
Aposentadoria ativa – Hoje, Aino divide seu tempo entre Nova Prata (onde reside oficialmente), o Sítio do Pinheirinho e Porto Alegre. Na capital mantém uma moradia onde fica quando tem consultas médicas ou para ver sua filha e suas irmãs. Essas visitas, contudo, estão cada vez mais escassas. “Já gostei mais de Porto Alegre. Quando cheguei aqui o bonde ainda funcionava; eram outros tempos. Andava muito a pé a qualquer hora do dia ou da noite. A cidade mudou demais, se tornou muito violenta”, lamenta o professor que desde 2010, ano em que se aposentou da universidade, vive no interior. “Quando chego aqui estranho o trânsito e o barulho. É um choque de realidade. Me parece uma cidade emperrada.”

A expectativa de ter um ritmo mais tranquilo após a aposentadoria se mostrou infundada para Aino, que faz parte da diretoria da Federacite, federação que congrega todos os clubes de integração e troca de experiências (CITES) entre produtores rurais. A entidade é inspirada no modelo criado pelos produtores rurais franceses no pós-guerra. É membro, também, do CITE 120 e da Associação de Produtores dos Campos de Cima da Serra. Também está envolvido no projeto da Casa de Cultura Antonio Jacques, na cidade de André da Rocha, da qual é presidente. A Casa presta uma homenagem ao seu pai, já falecido, e terá como sede a antiga residência de sua família.

João Pedro Teixeira, aluno do 7º semestre de Jornalismo da Fabico



Fotodobras



CRISTIANO SANT'ANNA



JOANA FRANÇA



EDUARDO SEIDL

CAMILA DOMINGUES

TEXTO **FLÁVIO DUTRA**

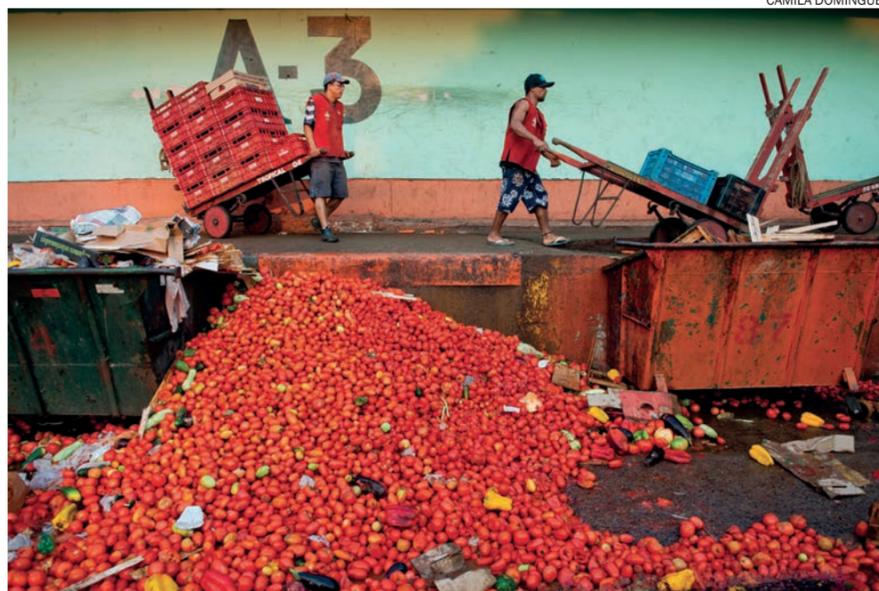
Uma das tendências atuais no que se refere à imprensa é a aposta nas plataformas *online*. Além da questão econômica, as alternativas de “espaço” se mostram atrativas, desfazendo um dos limites do jornalismo impresso.

Em direção oposta, um grupo de fotógrafos montou a *Beira*, movida editorial para publicar livros associados ao universo que lhes é habitual: ensaios fotográficos.

Entre os primeiros produtos, estão uma publicação de Tadeu Vilani sobre a vida no pampa e o projeto Fotodobras, desdobramento do trabalho de quatro gaúchos com passagem pelo fotojornalismo (Camila Domingues, Cristiano Sant’Anna, Eduardo Seidl e Mateus Bruxel) e da brasileira Joana França, fotógrafa de arquitetura. Nele, estão reunidos trabalhos relacionados a questões urbanas, formando uma coletânea de cinco pequenos livros-dobradura. Cada um deles é confeccionado a partir de uma página A3, com imagens na frente e no verso, se dobrando em um livro de oito páginas.

Nos ensaios, Joana França lida com a arquitetura urbana de Brasília, Cristiano Sant’Anna com o registro da cracolândia paulistana usando câmeras pinhole, Camila Domingues justapõe abundância e desperdício na Ceasa, enquanto Eduardo Seidl se interessa pelas luzes do amanhecer no centro de Porto Alegre e Mateus Bruxel retrata as margens do urbano, nas praias do Lami.

Viabilizado por financiamento coletivo, o Fotodobras pode ser adquirido no site da editora – www.beira.me. A segunda leva de ensaios, com outros cinco fotógrafos, tem previsão de lançamento para dezembro deste ano.



MATEUS BRUXEL



Universidade multicolorida



Priscila Nunes Pereira começou a trabalhar aos 16 anos e pensava que uma vaga na UFRGS era algo distante da sua realidade. Ela se formará em História em 2016.

TEXTO SAMANTHA KLEIN

FOTOS FLÁVIO DUTRA

A UFRGS ingressa em nova etapa das Políticas Afirmativas a partir do próximo vestibular. A reserva de vagas será de 50%, em respeito à Lei de Cotas aprovada em 2012. A forma de ingresso dos indígenas vai permanecer a mesma, em que 10 vagas são destinadas a esse público em qualquer um dos cursos da Universidade.

A instituição começou a receber os primeiros cotistas no processo seletivo de 2008 e, desde então, vem modificando o perfil dos seus alu-

nos. O ingresso de estudantes provenientes das escolas públicas aumentou substancialmente, assim como a entrada de autodeclarados negros e indígenas o que contribuiu para a ampliação da diversidade racial.

Um levantamento do Programa de Ações Afirmativas revela que o desempenho acadêmico dos cotistas e não cotistas é semelhante, derrubando teses sobre uma possível queda na qualidade do ensino na UFRGS como consequência da entrada

desses alunos. Por outro viés, estudantes com origens e cores distintas também projetam necessidades específicas de mudanças nos currículos.

Nesta reportagem, conversamos com cotistas com diferentes experiências de vida: uma militante dos movimentos urbanos, uma garota que tinha dificuldades de aceitação, um professor e uma mãe. Nessa perspectiva, acreditamos apresentar aos leitores uma pequena amostra do que é uma universidade multiétnica.

Todos pelo espaço na educação



A futura professora de História Priscila Nunes Pereira critica a invisibilidade da contribuição afrodescendente para a cultura e a formação histórica do RS

Priscila e a aceitação

Priscila Nunes Pereira chama a atenção não somente pela beleza, mas também pela fala articulada de futura professora. Contudo, a desenvoltura foi conquistada arduamente, assim como o processo de afirmação como mulher negra da periferia em busca de um lugar nos bancos da faculdade. Durante anos, ela recorreu ao alisamento dos cabelos para disfarçar a condição de raça. Quando ainda não tinha uma prancha alisadora, utilizava o ferro de passar roupa. “Acredita que meu sonho era comprar uma chapinha? Foi a primeira coisa que adquiri com meu trabalho”, recorda. Filha de mãe branca e pai negro, ela cresceu no bairro Jardim Leopoldina, zona norte da capital, pensando que uma vaga na UFRGS era algo muito distante de sua realidade.

Com 16 anos, trabalhava o dia inteiro e, por mais de uma vez, ouviu da mãe de um ex-namorado a frase: ‘não gosto de negros’. “Acho que aquelas palavras eram para mim. Como tenho pele relativamente clara e usava cabelos lisos, podia disfarçar minha origem. Não me aceitava. Hoje, utilizo até turbante. Um acessório que tem de ser usado quando você está muito bem consigo mesma porque é cheio de significados para a mulher negra, mas também é alvo de preconceito”, reflete. Hoje, o processo de afirmação de identidade está consolidado, principalmente por conta da atuação dentro e fora da universidade em movimentos negros.

Cursando graduação em História, com previsão de formatura em 2016, Priscila teve no estágio curricular a experiência de atuar em um museu que homenageia o patriarca do Rio Grande do Sul. No Júlio de Castilhos, que retrata a história do estado, verificou haver uma lacuna quanto à trajetória dos negros, fato que incomodou a estudante. “Em uma visita ao local, antes de

começar meu estágio, havia uma bela exposição sobre os açorianos contando a chegada dos imigrantes e a colonização promovida por eles. Em uma sala imediatamente ao lado, a história dos negros estava lá retratada como amostra de dor e escravidão. E só. Nada sobre a participação dos lanceiros negros na Revolução Farroupilha ou a contribuição para a cultura, a dança ou a literatura”.

Por conta disso, quando foi monitora das visitas ao local, conversou com os coordenadores do Museu, contestando a sala onde são exibidos objetos utilizados para tortura. “A disposição desses instrumentos em um local que mostra a cultura de um lugar reflete os padrões da sociedade. Imagina para os adolescentes negros das escolas que visitam o Júlio de Castilhos. A adolescência já é marcada pelos piores momentos em relação à busca de identidade. Ao ver seus antepassados como escravos, como se eles não tivessem colaborado para a formação do povo, como se identificar como negro de forma orgulhosa?”, critica.

A discente discorda não somente da representação dos afrodescendentes, mas também da invisibilidade de suas contribuições para a cultura e formação histórica. A legislação que determina o ensino sobre os povos negros é obedecida em poucas escolas e, na universidade, raros professores têm formação específica. A monografia de Priscila será sobre o tema. “Além do desconhecimento sobre as contribuições dos negros, alguns dão aula com o pensamento focado nos alunos de dez anos atrás. Eles dão exemplos fora da realidade para muitos de nós. Lembro-me de um que citou um castelo da Europa para as próximas férias. Já a minha bagagem não tem qualquer valor no contexto da universidade. Outros, acham que chegamos com Marx na ponta da língua”, analisa.

“Alguns profes
com o pensar
alunos de dez

Ninhprug e a luta

Angélica Domingos ou Ninhprug é uma das estudantes de Serviço Social da UFRGS. Na luta pela diversidade de culturas e cores na academia, a estudante considera que, já que os hábitos dos brancos têm influenciado os territórios indígenas há décadas, chegou o momento da diversificação dos currículos. Ela destaca a importância da reserva de vagas para índios, mas ressalta costumes na universidade que conflitam com a cultura indígena. A relação com o tempo, por exemplo, é muito distinta. Para os índios, a passagem dos dias não tem a mesma contagem e se baseia nos movimentos do Sol e da Lua. “Isso não é falta de compromisso, mas percebemos o tempo de outra maneira. Perdi diversos prazos de entrega de trabalhos por conta disso. Agradeço que os professores tenham sido compreensivos”, destaca.

A escolha do curso de Serviço Social surgiu como uma forma de resistência e auxílio ao seu povo. Segundo Angélica, muitos direitos dos índios são constantemente violados. “A demarcação de território é o maior problema. Tendo a garantia da terra, outros direitos são conquistados posteriormente. Acredito que o assistente social pode contribuir muito em relação aos direitos ou pelo menos em relação à consciência a respeito deles”, considera.

Com 18 anos, Angélica saiu da reserva Votouro, em Benjamin Constant do Sul, município de dois mil habitantes no norte do estado, para viver em Porto Alegre. Morou por um período na Casa do Estudante do Câmpus Centro, porém, ao engravidar, teve de procurar outro espaço. Com o marido, se revezou nos cuidados da menina que hoje tem quatro anos. “O pai trancou o curso de Agronomia para cuidar da Nayane, mas depois tive que colocá-la em uma creche, o que não é um costume para nós. Me senti culpada, mas não tive alternativa”.

Separada do ex-companheiro, uma das irmãs precisou se mudar para a capital a fim de ajudar nos cuidados da menina. Angélica conta com auxílio-permanência pago pelo Ministério da Educação, bolsa sem contrapartida de trabalho. Quando chegou o momento do estágio obrigatório, houve dificuldade em encontrar uma área de interesse. “Demorei a cumprir essa etapa da graduação porque queria trabalhar com indígenas e não havia vagas relacionadas. Até que surgiu espaço no Centro de Referência em Assistência Social da Lomba do Pinheiro, onde são atendidas três aldeias. Lá me achei e confirmei meu desejo de retornar para a minha comunidade depois da formatura”.



A estudante de Serviço Social Angélica Domingos faz seu estágio obrigatório no Centro de Referência em Assistência Social da Lomba do Pinheiro, onde atende três aldeias



A família da aluna de Administração Mariana Pereira Pedroso integra o Assentamento 20 de Novembro, que aguarda aprovação de financiamento da Caixa Econômica Federal para reformar o prédio ocupado desde 2012 no centro da capital.

Mariana e a moradia

Um dos prédios “abandonados” mais paradigmáticos do Centro Histórico de Porto Alegre pertence um pouquinho a Mariana. A jovem de 27 anos é uma das integrantes do Assentamento 20 de Novembro, formado por famílias ligadas aos movimentos de luta pela moradia na cidade. De abandonado, o número 161 da rua Dr. Barros Cassal, não tem nada. Desde 2012, 42 famílias retiradas de uma área próxima ao estádio Beira-Rio foram alocadas na edificação. Antes disso, o prédio construído para ser um hospital da Associação dos Ferroviários do RS, já abrigava alguns sem teto há mais de três décadas. Agora desapropriado pela União, os novos moradores reunidos em uma cooperativa cadastrada no Ministério das Cidades aguardam a aprovação de projeto arquitetônico e financiamento da Caixa Econômica Federal para reformar o local. Os familiares de Mariana Pereira Pedroso estão entre os que pleiteiam um espaço no prédio.

Hoje, a estudante gasta todo o valor da bolsa-estágio para pagar o aluguel de um JK localizado no bairro Partenon. Foi a alternativa encontrada para ter um espaço que lhe permitisse estudar para as disciplinas do curso de Administração na UFRGS. “Quando tivermos nosso apartamento, a família inteira vai para lá. Provavelmente, vou ter meu cantinho”. Sabendo-se como demoram as concessões de crédito e a realização de obras de projetos de moradia popular, possivelmente ela já estará formada.

Mariana é cotista e sente orgulho da condição. Porém, reclama da “segregação” presente na Escola. “No segundo semestre é visível a diferença de cor entre os alunos.

Todos os cotistas entram juntos e as salas ficam quase homogêneas. É normal uma turma formada somente por negros? Não, né? Pois nos cursos da área de Humanas ou quando você passeia pelo Câmpus é visível a diversidade, mas se você der um zoom no curso de Administração vai perceber que heterogeneidade não existe e os cotistas se relacionam somente entre si. Meus amigos são cotistas. Algo está errado nesse ordenamento (ordem de chamamento)”, sustenta.

Antes de gastar todo o dinheiro do estágio com o aluguel, Mariana enfrentou as adversidades de estudar a mais de 500 km de casa sem grana no bolso. Em 2010, foi aprovada no processo seletivo Sisu para uma vaga no mesmo curso na Unipampa. “Fui de mala e cuia morar em Santana do Livramento. Chegando lá, percebi que não existiam moradias para estudantes, portanto, o caminho foi dividir o aluguel com 13 pessoas”, recorda. “Acabei me tornando a cozinheira da casa que tinha gente vinda de vários estados do Nordeste. Foi engraçado quando fiz pela primeira vez um arroz com linguiça, que é um prato comum aqui. Meus colegas não conheciam, mas gostaram”, se diverte.

Nos primeiros meses, ela viveu com recursos da rescisão do antigo emprego. Conseguiu uma bolsa permanência com a qual se manteve até o final daquele ano, mas terminou desistindo. No retorno a Porto Alegre, retomou os estudos e fez vestibular na UFRGS, sendo aprovada. Mariana reassumiu também a participação nos movimentos de luta pela moradia. “A gente vai conquistar e administrar nosso espaço”, garante a jovem estudante.

Graduado em 2014, o pedagogo Dorvalino Cardoso cursa o mestrado em Educação na UFRGS e planeja socializar o conhecimento na sua comunidade em São Leopoldo

Professores dão aulas
focado nos
anos atrás

Priscila Nunes Pereira

Estudante de Licenciatura em História

Dorvalino e a educação

Professor há mais de vinte anos, Dorvalino Cardoso foi o primeiro indígena a ser graduado pedagogo pela UFRGS. A formatura ocorreu no primeiro semestre do ano passado. O diploma é resultado de mais um passo do profissional que já lecionou em aldeias de diversos municípios do estado. “Era um pedido da nossa comunidade ter uma liderança política com ensino superior”, considera.

Desde a formação em magistério bilíngue nos anos 1990, o líder do Território Indígena Por Fi Ga, em São Leopoldo, trouxe para a UFRGS a preocupação com um ensino mais plural na academia, capaz de valorizar as peculiaridades dos povos. “Sempre há espaço para o conhecimento, mas ele não está na escola. Os saberes estão na natureza. É dela que vem nossa cultura, nossas crenças, alimentos e remédios”, considera.

Por conta da crença na natureza, o professor diz que os conhecimentos produzidos pelas comunidades indígenas podem ser incorporados ao ensino nas universidades. Logo após a formatura, Dorvalino foi aprovado no processo seletivo para o mestrado na Faculdade de Educação. Ele pretende socializar a forma de conhecimento em rede, em que os assuntos não são ensinados por disciplinas separadas, mas de maneira interdisciplinar. “Disse para a professora Maria Aparecida (Bergamaschi, orientadora)

que tenho dificuldade em resumir meu projeto de pesquisa, porque para nós as relações são feitas como teia de aranha. Quando estou escrevendo uma história estou contando ela, mas explicando matemática, geografia, ciências. Tudo está interligado no mundo”.

Dorvalino está acostumado a conversar com estudantes e docentes a respeito do compartilhamento do conhecimento proveniente da cultura indígena. Por conta da legislação que exige o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena, ele constantemente é convidado para esclarecer dúvidas. “A lei está em vigência, mas os professores estão bastante perdidos”. Por outro lado, o Território Indígena está aberto a visitantes e alunos.

A aldeia, localizada no bairro Feitoria, é resultado de um reassentamento de famílias que viviam às margens da BR-116 e que, por conta da duplicação da rodovia, foram retiradas da região do município de Estrela. É nesse local que o professor tem família formada por esposa e cinco filhos. A filha de 20 anos deverá ser a próxima a tentar ingressar na UFRGS. “Ela fez as provas uma vez, mas não passou. Vai tentar novamente. Assim, acredito que teremos uma enfermeira do nosso povo formada nos próximos anos”.



A universidade se transforma



Alexandra Oliveira tem 20 anos e cursa o 4.º semestre de Arquitetura. Ela também ingressou na UFRGS pelo sistema de cotas.

A “cara” da UFRGS mudou nos últimos anos, sendo raros os cursos de graduação sem pelo menos um aluno negro. Somente no Direito, um dos que mais ampliou o número de vagas a partir do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), 159 estudantes autodeclarados afrodescendentes ocuparam toda a reserva entre os anos de 2013 e 2015.

Desde o início do Programa de Ações Afirmativas na UFRGS, formaram-se 191 negros e quatro indígenas se formaram. Uma médica, uma enfermeira, um pedagogo e um advogado. Além disso, entre os índios, três são mestres – dois pela Educação e um pela História – e outros dois estão cursando o mestrado.

Desempenho – Um relatório completo sobre o desempenho acadêmico dos cotistas está em desenvolvimento pela Coordenadoria de Ações Afirmativas da Universidade, devendo ser divulgado até o final deste ano. Com dados preliminares obtidos para o documento formulado no ano passado, foi possível verificar que não existem diferenças significativas entre a performance escolar dos estudantes oriundos da reserva de vagas. Como exemplo, foram tomadas amostras de várias graduações, entre elas o curso de Medicina. Na comparação entre cotistas e não cotistas ingressantes no segundo semestre de 2008, a taxa de créditos integralizados é superior entre os ingressantes não cotistas, respectivamente 92,35% e 91,27%. A diferença, entretanto, não é estatisticamente

significativa. Em outros cursos, a comparação apresentou resultados semelhantes.

Estima-se que os alunos da escola pública, sendo brancos ou negros, apresentem o mesmo desempenho acadêmico já que a origem curricular é a mesma. “Não é a raça que determina, mas a escola. Através da coleta de dados, estamos observando que há relação com o capital escolar dos pais. Se os parentes têm ensino mais elevado, isso influencia os filhos. Aliás, estudos clássicos indicam que a escolaridade significa mobilidade econômica das pessoas e, consequentemente, os investimentos na escolaridade estão vinculados à ascensão dos pais”, considera o vice-coordenador de Ações Afirmativas, Edilson Nabarro.

O aumento da educação formal das famílias negras será o capital geracional que empurrará a mobilidade social para frente, conforme o sociólogo. “Para remover o círculo vicioso da pobreza, ressaltado pelo economista Hélio Santos, em que o indivíduo é pobre porque é negro, tem escolaridade baixa porque tem baixa renda e tem baixa escolaridade porque a renda é baixa, as ações de educação são a base do processo de ascensão social. Nesse círculo, o bisavô, o avô, o pai e o filho são pedreiros e não mais que isso. As cotas deverão ser subsídio para a modificação desse panorama, mas ainda é cedo para avaliar os efeitos no mercado de trabalho e nos concursos públicos”, observa Edilson.

A servidora Vera Rosane Rodrigues de Oliveira, militante dos movimentos negros há mais de três décadas, vê a política de reserva de vagas nas universida-

des como um passo adiante no processo de promoção da equidade racial. Enquanto realizava pesquisas para o mestrado, antes mesmo da criação do Programa de Ações Afirmativas na UFRGS, entrevistou uma estudante do curso de Enfermagem. A fala da garota marcou Vera. “A aluna solicitou a uma professora que explicasse os efeitos de certa doença na pele negra e a docente respondeu que não sabia porque não existiam estudos a respeito. Então, como a gente não sabe considerando que 60% da população brasileira é negra? Como não se sabe lidar com a diversidade?”, argumenta.

Caminhos por trilhar – Embora a comunidade acadêmica esteja se transformando, ainda há muitos caminhos a serem trilhados. As grades curriculares, por exemplo, propõem poucas discussões a respeito da cultura negra e indígena. A pedagoga Michele Barcelos Doebber, com atuação na Coordenadoria de Ações Afirmativas, destaca que não existem mais do que três disciplinas na Educação e na História voltadas para o ensino das questões relacionadas aos índios.

“Percebemos que os índios querem ter a sua vivência valorizada na academia. Essa não é uma reivindicação somente deles. As universidades têm uma visão muito rígida também nas suas práticas educacionais. Se um professor pede um texto de dez páginas para a semana seguinte, será que esse é o tempo suficiente para a construção do nosso pensamento? Às vezes, são reivindicações que atingem não somente as minorias”, ressalta.

Cotas em números

O ingresso e a saída de alunos na universidade modifica-se constantemente em função de novos chamamentos, trancamento de matrículas e formaturas. Porém, até o encerramento desta reportagem, 8.151 estudantes provenientes da escola pública estavam matriculados. Nessa comunidade, 2.542 são alunos autodeclarados negros.

Entre os indígenas, 76 estudantes ingressaram na UFRGS desde 2008. Desse grupo, 49 permanecem estudando e quatro se formaram. Já entre as 30 mulheres, 20 são mães, representando um desafio ainda maior na trajetória acadêmica. A maternidade é bastante importante para povos comunitários. “As índias são muito ligadas às tribos e seus filhos são a representação máxima disso. Por isso, ficar longe das crianças é impensável. As estudantes mães têm maiores dificuldades de permanecer estudando, mesmo porque deixar os filhos em creches não é uma prática comum”, ressalta a pesquisadora Michele Doebber.

A estudante indígena Angélica Domingos, do curso de Serviço Social da UFRGS, atesta essa dificuldade. “Foi muito complicado conciliar os cuidados com a minha filha e as disciplinas da faculdade, assim como foi dolorido matriculá-la em uma creche. Porém, superei todas essas barreiras.”

Modelo de inserção – Michele lembra ainda que os padrões de registro de conhecimento pautados na leitura e escrita na universidade se opõem ao saber baseado na oralidade, característica dos índios. “No caso do trabalho de conclusão do Dorvalino na Faced, por exemplo, ele apresentou monografia em texto tradicional, mas também gravou um vídeo sobre os métodos de ensino nas escolas das aldeias. Essas pequenas mudanças podem ser implementadas sem prejuízo ao conhecimento”.

Por outro lado, a pesquisadora questiona o modelo de inserção dos indígenas no ensino superior. Ela acredita que as experiências de universidades exclusivas para esses povos, como é o caso em países como Equador, Bolívia,

México, Nicarágua e Estados Unidos, poderiam dar mais resultados e formar mais pessoas especializadas. “Mas isso, é claro, depende também do que as lideranças indígenas consideram como fundamental. Só o fato de existirem universidades abertas para esses povos tradicionais, com uma seleção específica e acompanhamento para tentar mantê-los na instituição, já é um avanço significativo”, avalia.

No Ministério da Educação foi criado um grupo de trabalho para estudar o tema, mas as discussões ainda não avançaram. A questão ganha importância quando se considera que 900 mil pessoas têm origem indígena no país. Segundo o último censo do IBGE (2010), essa população representa 0,5% dos brasileiros.